

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM  
PATRIMÔNIO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DE BENS E DIFICADOS  
CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL:  
O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Camila Preissler

Santa Maria, RS, Brasil  
2010

**IDENTIFICAÇÃO DE BENS EDIFICADOS  
CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL:  
O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.**

**por**

**Camila Preissler**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural**

**Orientador: Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio  
Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo-assinado,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**IDENTIFICAÇÃO DE BENS EDIFICADOS  
CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL:  
O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.**

elaborado por  
**Camila Preissler**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural**

**COMISSÃO ORGANIZADORA:**

**Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha  
(Presidente/Orientador – UFSM)**

**Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM)**

**Profª. Drª. Denise de Souza Saad (UFSM)**

**Santa Maria, 30 de junho de 2010.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram e me apoiaram durante todo o percurso deste Curso de Pós-Graduação.

Ao meu orientador Dr. Ricardo de Souza Rocha, pelo auxílio e pela compreensão. Aos meus professores do Mestrado em Patrimônio, que com seus saberes me incentivaram na busca de novas pesquisas e que me possibilitaram conquistar níveis elevados de conhecimento.

Ao curso de Arquitetura da UFSM pela base sólida que passaram na minha formação profissional.

A APEA-SR, nas pessoas das arquitetas e urbanistas Cicilia Liberali Paes, Luciana Locatelli, Rocheli Diel e da amiga Daniele Ruckhaber pelo empenho na realização do Seminário Ensaios e Reflexões – O patrimônio Histórico Arquitetônico, umas das materializações desta pesquisa.

A Ângela e Fúlvia pelo auxílio na coleta de dados.

A minha querida amiga Tereza Christensen, toda a minha gratidão: pelo estímulo, empenho e companheirismo nestes estudos. A minha amiga Lisandra Steffen pelo exemplo e incentivo.

As minhas irmãs de coração Natália e Marília, ao meu tesouro e afilhado Augusto e a minha querida segunda mãe, Tia Adir, pelo aconchego da morada em Santa Maria.

Agradeço em especial a minha grande família: meus pais Carlos e Rosa, irmãos Anna Laura, Carlos Henrique e Carolina, meu padastro Tio Zeca e minha madastra Márcia, que não mediram esforços para me acompanhar nestes anos, intercalando-se para ir comigo a Santa Maria e me incentivando a concluir este trabalho até a última linha.

Ao meu companheiro Giuliano, pela compreensão e suporte que me dá todos os dias. Sem ti, nada disto teria se quer tido início.

À Deus por ter me dado força de vencer esta etapa.

**“... a concepção de que espaços urbanos são objetos de percepção de seus habitantes. Estão presentes no cotidiano das pessoas que, paulatinamente, se identificam com o lugar, um processo gerador de símbolos e significados que passam a fazer parte da memória coletiva”.**  
**(Jô Vasconcellos)**

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **IDENTIFICAÇÃO DE BENS EDIFICADOS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.**

AUTOR: CAMILA PREISSLER

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO DE SOUZA ROCHA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de junho de 2010.

Dentre as mais diversas categorias de patrimônio histórico, a edificação é a que se encontra mais presente na vida diária de uma comunidade, é um importante meio de valorização cultural ao longo das gerações. A preservação de uma edificação histórica em uma cidade contemporânea, por exemplo, implica não só na diversificação da paisagem urbana, mas ainda na manutenção da memória e identidade do lugar. A valorização do patrimônio histórico arquitetônico e a importância de seu registro e preservação é uma questão amplamente discutida. No entanto, muito pouco se conhece a cerca do patrimônio arquitetônico de cidades de colonização recente.

Os bens patrimoniais são responsáveis pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal, e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações. O uso do material do passado é a essência da cultura e é aquilo que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio.

Este trabalho busca o conhecimento dos bens edificados do município de Santa Rosa reconhecidos como de valor cultural. Porém, embora exista este reconhecimento, a falta de registro, de conhecimento histórico e a conseqüente falta de divulgação da importância destes exemplares pode levar ao desaparecimento de importantes ícones urbanos.

Este trabalho pretende colaborar na construção do conhecimento e servir de alerta quanto à necessidade de estudos, registros e ações preservacionistas voltadas para esta arquitetura, através da realização de um inventário, a fim de dar os primeiros passos no conhecimento da arquitetura da cidade de Santa Rosa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural, arquitetura e inventário.

## ABSTRACT

Master Dissertation  
Postgraduate Program in Professional Cultural Heritage  
Federal University of Santa Maria, RS State, Brazil

### **IDENTIFICATION OF BUILT PROPERTIES CONSIDERED CULTURAL HERITAGE: THE CASE OF SANTA ROSA CITY**

AUTHOR: CAMILA PREISSLER

ADVISOR:: PROF. DR. RICARDO DE SOUZA ROCHA

Date and place of Dissertation Defense: Santa Maria, June, 30<sup>th</sup> 2010.

Among the most diverse categories of historical heritage, the edification is the one that is most present in a daily life of a community, it is an important way of cultural valorization through the generations. The preservation of a historic building in a contemporary city, for example, it implies not only the diversification of the urban landscape, but still in the maintenance of memory and the place identity. The appreciation of architectural historic heritage and the importance of its registration and preservation is an issue widely discussed. Therefore, very little is known about the architectural heritage of cities from recent settlement.

The patrimonial properties are responsible for historical continuity of a community that is recognized as it is, and embodies their ideals and values, transcending generations. The use of material from the past is the essence of culture which transforms the cultural material in heritage.

This work searches for the knowledge of the built properties of Santa Rosa City recognized as a cultural value. However, although there is their recognition, the lack of registration the historical knowledge and the consequent lack of disclosure of the importance of these models can lead to the disappearance of important urban icons.

This work intends to collaborate in building of knowledge and serve as a warning about the necessity of studies, registrations and preservation actions turned to these architecture, through the realization of an inventory, in order to give the first steps in knowledge of Santa Rosa architecture.

Key-words: Cultural Heritage, Architecture and Inventory.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISAP- Associação Comercial e Industrial de Santa Rosa

APEA-SR - Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura de Santa Rosa

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura

FENASOJA – Feira Nacional da Soja

MES - Ministério da Educação e Saúde

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAE- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Santa Rosa: um ponto no mapa.	23
Figura 2: Delimitação da área de estudo	40
Figura 3: Traçado da Praça da Independência, 1920	44
Figura 4: Estação Férrea, 1940.	47
Figura 5: Início das obras da Prefeitura Municipal- as fundações, 1941.	48
Figura 6: Início das obras da Prefeitura Municipal- levantamento das alvenarias, sem data.	48
Figura 7: Prefeitura Municipal alguns anos após a inauguração	49
Figura 8: Prefeitura Municipal e Praça da Bandeira, alguns anos após a inauguração	49
Figura 9: Projeto Arquitetônico do Clube Concórdia – Fachada apresentada à Prefeitura Municipal, 1950.	51
Figura 10: Imagem aérea do entorno da Estação Férrea, década de 40	52
Figura 11: Construção do Centro Cívico e Cultural, 1980.	53
Figura 12: Vista aérea da Avenida Rio Branco 1980.	54
Figura 13: Localização do edifício da Comissão de Terras e Colonização no entorno.	57
Figura 14: Edificação da Comissão de Terras e Colonização, 2009.	58
Figura 15: Acesso Principal da Comissão de Terras e Colonização.	59
Figura 16: Vista da varanda lateral do edifício da Comissão de Terras e Colonização.	59
Figura 17: Localização da Antiga Estação Férrea no entorno.	60
Figura 18: Edifício da Estação Férrea abandonado, na década de 90.	61
Figura 19: Edifício da Estação Férrea funcionando como Museu Municipal, 2009.	62
Figura 20: Edifício da Estação Férrea funcionando como Museu Municipal, 2009.	62
Figura 21: Localização do edifício da Antiga Prefeitura no entorno.	63
Figura 22: Fachada Frontal da Antiga Prefeitura nos tempos da inauguração.	64

Figura 23: Antiga Prefeitura e Praça da Bandeira, anos 80.	65
Figura 24: Antiga Prefeitura nos festejos natalinos, anos 80.	65
Figura 25: Perspectiva do edifício da Antiga Prefeitura a partir da esquina, sem data.	65
Figura 26: Vista do pátio central da Antiga Prefeitura.	65
Figura 27: Fachada Principal da Antiga Prefeitura. Edifício interditado.	66
Figura 28: Antiga Prefeitura: vista a partir da Av. Rio Branco. Alas laterais já demolidas.	66
Figura 29: Localização do edifício da Biblioteca Municipal no entorno.	67
Figura 30: Biblioteca Municipal – Fachada com frente para a Rua Cristovão Colombo.	68
Figura 31: Biblioteca Municipal - Fachada com frente para a Rua Buenos Aires.	68
Figura 32: Perspectiva do edifício da Biblioteca Municipal.	69
Figura 33: Localização do edifício do Clube Cultural no entorno.	70
Figura 34: Fachada do Clube Cultural a partir da esquina.	71
Figura 35: Fachada Frontal do Clube Cultural.	71
Figura 36: Fachada do Clube Cultural.	72
Figura 37: Localização do edifício Engel no entorno.	73
Figura 38: Perspectiva do edifício Engel a partir da esquina, 1960.	74
Figura 39: Fachada do Edifício Engel voltada para a Av. Rio Branco.	74
Figura 40: Fachada do Edifício Engel voltada para a Rua Almirante Tamandaré.	74
Figura 41: Estado atual do Edifício Engel, 2010.	75
Figura 42: Localização do Edifício Lithon Lanes Pilau no entorno.	76
Figura 43: Perspectiva do edifício Lithon Lanes Pilau a partir da esquina em diagonal na década de sem data definida.	77
Figura 44: Edifício Lithon Lanes Pilau, vista a partir da Rótula do Taffarel.	78
Figura 45: Edifício Lithon Lanes Pilau, projeção dos pavimentos superiores sobre o passeio.	78

Figura 46: Situação atual do edifício Lithon Lanes Pilau.	79
Figura 47: Localização do Edifício Lunardi no entorno.	80
Figura 48: Perspectiva do edifício Lunardi a partir da Praça da Bandeira	81
Figura 49: Fachada do Edifício Lunardi voltada para a Av. América.	81
Figura 50: Situação atual do Edifício Lunardi.	82
Figura 51: Localização do edifício da ACISAP no entorno.	83
Figura 52: Fachada Principal ACISAP	84
Figura 53: Frontão principal- Edifício da ACISAP.	84
Figura 54: Detalhes na fachada principal da ACISAP.	84
Figura 55: Porta de acesso no Alinhamento- Edifício ACISAP.	84
Figura 56: Perspectiva a partir da esquina.	85
Figura 57: Localização do Clube Concórdia no entorno.	86
Figura 58: Perspectiva do Clube Concórdia a partir da esquina diagonal, sem data.	87
Figura 59: Acesso Principal do Clube Concórdia.	88
Figura 60: Vista do acesso ao Clube Concórdia a partir da Travessa Silvio Pulcinelli.	88
Figura 61: Situação da edificação do Clube Concórdia.	89
Figura 62: Localização do Prédio dos Correios e Telégrafos no entorno.	90
Figura 63: Vista da fachada lateral do edifício dos Correios e Telégrafos.	91
Figura 64: Vista dos detalhes da fachada Frontal do edifício dos Correios e Telégrafos.	91
Figura 65: Fachada frontal do prédio dos Correios e Telégrafos, 2009	92
Figura 66: Localização Câmara Municipal de Vereadores no entorno.	93
Figura 67: Fachada frontal da Câmara de Vereadores em 1990, então CEEE.	94
Figura 68: Fachada Lateral da Câmara de Vereadores, 2009.	95
Figura 69: Fachada Frontal da Câmara de Vereadores, 2009.	95
Figura 70: Situação Atual da Câmara de Vereadores, 2009.	95

Figura 71: Localização do Banco Santander no entorno.	96
Figura 72: Detalhamento das esquadrias do Banco Santander quando do pedido de aprovação de projeto, 1958.	97
Figura 73: Acesso a agência bancária	97
Figura 74: Perspectiva do edifício do Banco Santander a partir da esquina em diagonal.	97
Figura 75: Fachada do Banco Santander voltada para a Av. Rio Branco.	98
Figura 76: Localização do Edifício Grazziottin no entorno.	99
Figura 77: Vista do edifício Grazziottin a partir da esquina diagonal, 2009.	100
Figura 78: Vista da fachada lateral do edifício Grazziottin, 2009.	100
Figura 79: Localização do Centro Cívico e Cultural no entorno.	101
Figura 80: Centro Cívico, em fase de acabamento, 1982.	102
Figura 81: Centro Cívico fachada principal, 1985.	102
Figura 82: Centro Cívico, fachada lateral, 2009.	102
Figura 83: Centro Cívico, Inserção de climatizadores, 2009.	102
Figura 84: Centro Cívico, acesso principal, 2009.	102
Figura 85: Centro Cívico, 2009.	103
Figura 86: Folder de divulgação do evento.	105
Figura 87: Folder de programação do evento.	105
Figura 88: Evento Ensaios e Reflexões – O patrimônio Histórico e Arquitetônico, 2009. Santa Rosa/RS.	106
Figura 89: Prof. Dr. Ricardo Rocha proferindo sua palestra.	106
Figura 90: Prof. Teresa Christensen proferindo sua palestra.	106

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>8</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Patrimônio Cultural – conceitos e definições hoje.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Patrimônio Cultural: história da preservação.....</b>	<b>25</b>
2.2.1. Patrimônio Cultural sob a perspectiva brasileira: o surgimento do SPHAN.....	28
<b>2.3 Monumento.....</b>	<b>30</b>
<b>2.4 Valores.....</b>	<b>32</b>
<b>2.5 Etapa para a Preservação: Inventário Arquitetônico.....</b>	<b>34</b>
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 Modelo da ficha a ser preenchido para o inventário do patrimônio cultural do município de Santa Rosa .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 Critérios de seleção das edificações a serem inventariadas.....</b>	<b>38</b>
<b>4 CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS.....</b>	<b>41</b>
<b>4.1 Início do povoamento e colonização de Santa Rosa.....</b>	<b>41</b>
<b>4.2 O município de Santa Rosa: da emancipação até a década de 1950.....</b>	<b>45</b>
<b>4.3 Crescimento da cidade de Santa Rosa: novos rumos.....</b>	<b>51</b>
<b>5 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO.....</b>	<b>56</b>
<b>5.1 Comissão de Terras e Colonização.....</b>	<b>57</b>
<b>5.2 Antiga Estação Férrea de Santa Rosa.....</b>	<b>60</b>
<b>5.3 Antigo Palácio Municipal.....</b>	<b>63</b>
<b>5.4 Biblioteca Pública Municipal.....</b>	<b>67</b>
<b>5.5 Clube Cultural.....</b>	<b>70</b>
<b>5.6 Edifício Engel.....</b>	<b>73</b>
<b>5.7 Edifício Lithon Lanes Pilau .....</b>	<b>76</b>
<b>5.8 Edifício Lunardi.....</b>	<b>80</b>
<b>5.9 ACISAP.....</b>	<b>83</b>

<b>5.10</b>	<b>Sociedade Esportiva e Recreativa Concórdia.....</b>	<b>86</b>
<b>5.11</b>	<b>Prédio dos Correios e Telégrafos.....</b>	<b>90</b>
<b>5.12</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores.....</b>	<b>93</b>
<b>5.13</b>	<b>Banco Santander.....</b>	<b>96</b>
<b>5.14</b>	<b>Grazziottin.....</b>	<b>99</b>
<b>5.15</b>	<b>Centro Cívico e Cultural Antônio Carlos Borges.....</b>	<b>101</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>104</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>110</b>
<b>9</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>112</b>
<b>9.1</b>	<b>Ficha de Inventário – IPHAN.....</b>	<b>113</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A memória é algo que se distingue do presente, mas que, ao mesmo tempo, o compõe. O caminho do conhecimento do passado é gerado pela memória, tendo a mesma inúmeras funções: toda consciência do passado está fundada na memória; através das lembranças recupera-se vivências anteriores, distingue-se o ontem de hoje e confirma-se que já foi vivido um passado. Saber o que se foi gera um sentimento de identidade fazendo uma ligação com os que viveram anteriormente e construindo uma noção de continuidade.

O presente inventário arquitetônico de Santa Rosa é produto desta pesquisa realizada objetivando dar os primeiros passos no conhecimento da arquitetura local. Primeiramente, no sentido de oferecer a comunidade em geral uma visão da cidade e de sua história, a partir da perspectiva da arquitetura despertando o sentido de identidade.

Santa Rosa não é uma cidade antiga. Foi colonizada a partir de 1914, ou seja, uma colônia que data do início do século XX e que se emancipou somente no ano de 1931.

Porém mesmo dentro deste curto espaço de tempo, comparado as cidades vizinhas missionárias que datam do século XVIII, pode-se afirmar que a cidade conta com importantes exemplares arquitetônicos que estão vinculados a memória de seus cidadãos, conferindo-lhes o sentido de identidade.

Praça da Bandeira, Antiga Prefeitura, Clube Concórdia, prédio da antiga Estação Férrea, Câmara de Vereadores, Banco Santander. Esses são alguns lugares que fazem parte da história da cidade. Locais de memória, bens culturais. A estação férrea, por exemplo, conta parte da história econômica da cidade de Santa Rosa e testemunha o crescimento da malha urbana.

Fazendo parte do patrimônio cultural, os monumentos acima citados, servem como um elo entre presente e passado. Um projeto de construção do presente, mantendo monumentos vivos para que as pessoas possam de algum modo usufruir dos mesmos, além do ideal de reintegrar os munícipes gerando um sentimento de importância de um prédio ou uma praça, são as diretrizes que justificam a preservação do patrimônio cultural.

Os espaços urbanos são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações. O uso do material do passado é a essência da cultura, e é aquilo que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio. Os monumentos ou o patrimônio histórico-cultural devem ser meios de nos ligar ao nosso passado, devem, portanto, fazer sentido no nosso cotidiano. A documentação e a valorização dos bens culturais podem ganhar novas formas de expressão nas ações de preservação do patrimônio cultural.

Através deste trabalho, pretende-se contribuir para a construção da memória da cidade, mais especificamente documentar os exemplares arquitetônicos – e servir como uma espécie de alerta quanto à necessidade de estudos, registros e ações preservacionistas voltadas para a arquitetura.

O presente trabalho tem como **tema** a Identificação do Patrimônio Arquitetônico do Município de Santa Rosa: um estudo de caso. Consiste na identificação dos exemplares edificados no Município de Santa Rosa que apresentem atributos de valores culturais, seja no que tange a arquitetura, a história, a memória, a estética ou ao uso. O estudo parte da contextualização do momento histórico da implantação de alguns exemplares, até chegar a sua catalogação, gerando com isto, a expectativa de novos estudos.

O **problema** da pesquisa centra-se na investigação dos edifícios do Município de Santa Rosa que são previamente reconhecidos por seu valor cultural. A **hipótese** levantada é de que através do inventário e da contextualização histórica será possível identificar os pontos arquitetônicos, históricos e de memória relevantes.

Este trabalho pretende detectar a importância do patrimônio cultural do município de Santa Rosa e identificar alguns de seus exemplares arquitetônicos, bem como, verificar a sua influência no contexto urbano e sua importância enquanto patrimônio cultural.

Desta forma, pretende-se apresentar o inventário do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade de Santa Rosa, tendo em vista que a documentação é o reconhecimento da produção arquitetônica viabilizando as ações municipais nesse sentido.

O **objetivo geral** é promover a valorização do patrimônio arquitetônico da área urbana do Município de Santa Rosa.

Como **objetivos específicos** o trabalho se propôs a definir critérios para a seleção do patrimônio arquitetônico da área urbana de Santa Rosa, dentre as edificações consideradas importantes do ponto de vista cultural; resgatar a memória coletiva, através da pesquisa histórica do município relacionando-a com a arquitetura; compilar as informações referentes a concepção arquitetônica, técnicas construtivas, relação com o entorno, incentivando a preservação do mesmo; e por fim, contribuir para a preservação dos principais exemplares arquitetônicos da cidade de Santa Rosa.

Deste modo, esta pesquisa contribuirá como meio de compilação, preservação e registro desta parcela da história da cidade de Santa Rosa. Através deste movimento, estes bens edificados poderão ter destacada a sua importância enquanto exemplares na evolução urbana, e então, receber valorização enquanto patrimônio.

Além disto, o município de Santa Rosa não dispõe de uma política de preservação no que tange ao patrimônio cultural. Este estudo além pretende fomentar ações nesse sentido no município.

Os exemplares de importância arquitetônica constituem um patrimônio que expressa e simboliza a identidade das cidades. Requerem uma reflexão cuidadosa sobre sua salvaguarda como arquitetura, paisagem, espaço urbano, marco de um tempo que se confunde com a própria formação da identidade cultural brasileira.

Reafirma-se a urgência de documentação e divulgação do valor deste patrimônio para que ações concretas possam ser tomadas no sentido da preservação destes exemplares. Através deste trabalho, pretende-se contribuir para a construção da memória da cidade, mais especificamente documentar os exemplares arquitetônicos – e servir como uma espécie de alerta quanto à necessidade de estudos, registros e ações preservacionistas voltadas para esta arquitetura.

Este trabalho foi estruturado em tópicos independentes, com a finalidade de valorizar o tema da pesquisa.

No primeiro capítulo, INTRODUÇÃO, foi exposto a importância do tema, seus objetivos e sua relevância.

A fim de se alcançar uma discussão relevante a cerca do tema, no segundo capítulo realizou-se a REVISÃO BIBLIOGRÁFICA de alguns assuntos relacionados ao objeto de pesquisa. Trata-se de um embasamento teórico no que tange a

preservação e aos conceitos de patrimônio trabalhados anteriormente no âmbito da teoria.

O terceiro capítulo, MATERIAIS E MÉTODOS, é de fundamental importância para a compreensão do inventário, pois define os parâmetros de escolha dos exemplares que são estudados ao longo da pesquisa, o processo de elaboração das fichas e os materiais utilizados.

O quarto capítulo traz o relato da CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS, traçando a evolução urbana do município de Santa Rosa.

No quinto capítulo, INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO, o estudo centra-se na catalogação dos exemplares, trazendo detalhadamente seus aspectos arquitetônicos.

No sexto capítulo, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS, foi explanado os limites da pesquisa, sua aplicação com a comunidade e o debate a cerca de novos desafios.

As CONSIDERAÇÕES FINAIS são feitas no último capítulo e demonstram as discussões, as quais aparecem ao longo do trabalho, com reflexões, a partir daquilo que foi proposto enquanto objetivo do trabalho.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a realização e entendimento desta pesquisa, faz-se necessário revisar conceitos que norteiam o estudo do patrimônio histórico e sua importância na formação da identidade cultural do povo de Santa Rosa.

A revisão destes conceitos é de fundamental importância para que seja realizado o inventário dos principais prédios sob o ponto de vista histórico-arquitetônico e de memória do município de Santa Rosa.

### 2.1 Patrimônio Cultural – conceitos e definições hoje

A Constituição Federal (1988)<sup>1</sup> define o patrimônio cultural como bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esses bens são, portanto, os modos específicos de criar e fazer (as descobertas e os processos genuínos na ciência, nas artes e na tecnologia), as construções referenciais e exemplares da tradição brasileira, incluindo bens imóveis (igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos) e bens móveis (obras de arte ou artesanato), as criações imateriais como a literatura e a música; as expressões e os modos de viver, como a linguagem e os costumes; os locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral, assim como as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora.

Segundo o Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (2008)<sup>2</sup>, patrimônio cultural é o conjunto de bens, de natureza material e imaterial, que guarda em si referências à identidade, a ação e a memória de diferentes grupos sociais.

---

<sup>1</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988, art. 216

<sup>2</sup> CREA-SP, 2008, p 13.

A partir disto, parte-se do pressuposto de que a identidade tem a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (SILVA, 2000) <sup>3</sup>.

No objeto do estudo em questão, os prédios do inventário do patrimônio histórico de Santa Rosa são elementos materiais que colaboraram para a construção deste sentimento de pertencimento e reconhecimento dos moradores do município enquanto integrantes e são conseqüência do processo histórico vivido em Santa Rosa.

Para a construção dessa identidade histórica é importante ressaltar a questão da memória dos indivíduos que cotidianamente tem essas construções como parte integrante de suas vidas. O efeito da memória individual relacionado a cada construção remete a um consenso que acaba produzindo a memória coletiva dos munícipes. Com isto, parte-se da idéia de Halbwachs (2004)<sup>4</sup>, que esclarece que a memória individual procura a vivência do indivíduo internamente no seu grupo social, enquanto que a memória coletiva é composta por diferentes memórias individuais que, por sua vez, possui uma dinâmica própria.

Carsalade (2007)<sup>5</sup> assinala que os bens patrimoniais são responsáveis pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal, e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações. Dessa forma, incita ao patriotismo e à ética, convida ao saber e à reverência. Face a seu caráter de participantes cotidianos da vida das pessoas, os elementos do patrimônio talvez sejam, ao lado da música popular, os bens culturais mais disponíveis à fruição da população. São os ícones que personalizam as cidades, são os pontos referenciais nos percursos do dia-a-dia. São, portanto, importantes fatores de coesão social, de orientação e identidade da sociedade.

Um exemplo importante do inventário é o prédio da antiga prefeitura municipal que logo após ser construído era motivo de orgulho para todos os moradores do município, por ser um dos prédios públicos mais notáveis do Rio Grande do Sul

---

<sup>3</sup> Silva, 2000, p.108.

<sup>4</sup> Halbwachs, 2004, p. 72.

<sup>5</sup> Carsadale, 2007.

A figura 1 demonstra uma ilustração da reportagem da Revista *O Globo* do ano de 1947, que demonstra a realidade surpreendente de Santa Rosa <sup>6</sup>.

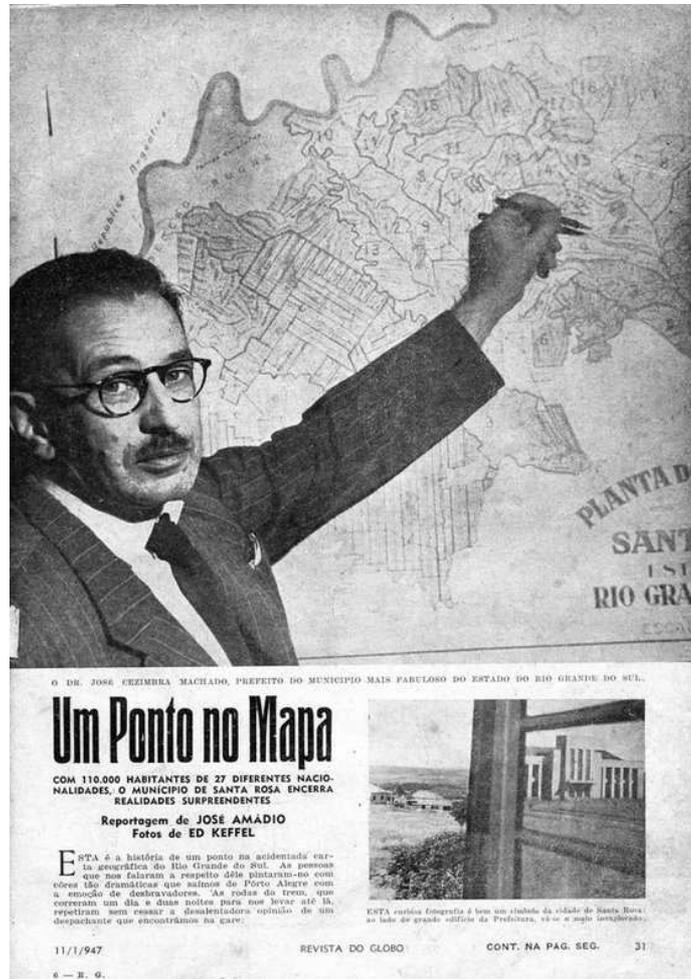


Figura 1: Santa Rosa: um ponto no mapa- Conhecida por sua majestosa prefeitura.  
Matéria da Revista *O Globo*, 1947.

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Santa Rosa.

O patrimônio referencia-se pelo sentimento inexplicável que o objeto, a edificação, o costume ou a beleza do local transmitem, seja pela valiosa bagagem de informações e acontecimentos nele contidos, seja por carregar consigo uma história. Contextualizando com o trabalho desenvolvido, verifica-se que este ponto é evidente nas construções do Clube Cultural, Sociedade Concórdia e Centro Cívico, que são edificações nas quais ocorreram as mais importantes festividades e eventos

<sup>6</sup> Matéria da Revista *O Globo* de 11 de janeiro de 1947.

culturais do município de Santa Rosa e cujo estilo arquitetônico destaca-se na cidade.

Choay (2001)<sup>7</sup> designa patrimônio histórico como um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire*<sup>8</sup> dos seres humanos.

Segundo Choay (2001)<sup>9</sup>, a noção de patrimônio assenta-se numa versão de história, através da qual se pretende ter a capacidade de se reportar a fatos que realmente aconteceram, transformando-os em marcos que se impõem no presente. Estes marcos instauram uma temporalidade que organiza a história tal como contada. Destaca ainda que o patrimônio histórico representado pelas edificações é aquele que se relaciona mais diretamente com a vida da comunidade.

É importante destacar que o conceito de Patrimônio modificou-se ao longo do tempo. As cartas patrimoniais exemplificam esta evolução, pois se deixa de privilegiar, apenas, um período histórico ou estilístico. Deixa de se preocupar apenas com o excepcional voltando-se, também, para o exemplar, aqueles objetos que documentam a história, abrangendo, inclusive, diversas classes sociais. Na visão contemporânea do patrimônio, a questão dos conjuntos urbanos surge como uma forte presença norteadora<sup>10</sup>.

Com isso, pode-se perceber que não se coloca mais o edifício isolado como o mais importante, mas privilegiam-se as relações de entorno e as paisagens urbanas coesas que referenciam o tempo histórico e ambientam as cidades, contribuindo para a identidade de seu povo. E sob este enfoque o trabalho em questão será desenvolvido, onde o entorno passa a ser peça chave para a análise da edificação, permitindo que a sua importância seja vista também dentro da construção histórica de Santa Rosa e formação da sua identidade cultural.

Para que seja possível compreender o patrimônio cultural a partir deste enfoque, torna-se importante compreender como o tema foi tratado ao longo do tempo, sendo o assunto abordado a seguir.

---

<sup>7</sup> Carsadale, 2001.

<sup>8</sup> *Savoir-faire*: palavra de origem francesa que significa conhecimento de como executar uma tarefa, ou seja, saber fazer

<sup>9</sup> Choay, 2001. *passim*

<sup>10</sup> Cartas Patrimoniais. IPHAN.

## 2.2 Patrimônio Cultural: história da preservação

O interesse pela preservação do patrimônio arquitetônico não é um assunto novo. A prática de intervenção em edificações antigas é de longa data, e eram feitas com objetivo de adaptação às necessidades correntes, mas, na maioria das vezes, sem preocupações consistentes com a memória e a influência cultural do bem.

No entanto, como afirma Beatriz Kühl (1998)<sup>11</sup>:

(...) não existia a visão 'histórica' do passado, como percebida atualmente, nem a consciência de 'ruptura' entre passado e presente. As intervenções feitas em edifícios já existentes eram voltadas para sua adaptação às necessidades da época (...)

Pode-se dizer que a proteção ao patrimônio histórico e cultural remonta ao século III, quando o imperador romano Alexandre passa a aplicar multas a quem comprasse uma casa com a intenção de demoli-la. No Império Romano havia um código de posturas que visava a conservação da imagem da cidade. No Império Bizantino, no final do século IV, leis proibiam a desfiguração de fachadas e seus ornamentos (LEMOS, 2004)<sup>12</sup>.

Com o Renascimento, continuaram as ações de preservar as edificações antigas, e passou-se a fazer um estudo mais apurado dos edifícios, a valorizar o passado e agir com sensibilidade frente à pré-existência.

Segundo Lemos (2004)<sup>13</sup> durante o período barroco, aconteceram obras de conservação e reconstrução de castelos e catedrais, na Alemanha e Itália. Na Revolução Francesa, houve um decreto que considerava propriedade pública todas as antiguidades nacionais. Na Alemanha, no início do século XIX foi feita uma resolução de proteção ao patrimônio e no início do século XX é promulgada uma lei mais abrangente.

---

<sup>11</sup> Kühl, 1998. p.11.

<sup>12</sup> Lemos, 2004. *passim*.

<sup>13</sup> Lemos, *op. cit. passim*.

A Carta de Atenas<sup>14</sup>, resultado de uma conferência internacional em 1931, apontava a necessidade de inventariar os monumentos históricos e empregar a manutenção para que sua conservação fosse assegurada.

(...) predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época.

Mais tarde, em outro debate, o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado 1964 – foi redigida a Carta de Veneza. Nela, foram elaborados princípios de restauração em uma síntese da evolução das teorias até o momento. Entre seus princípios estão: a distinção da intervenção contemporânea em relação ao preexistente, o respeito às contribuições de outras épocas e a necessidade de documentar o processo de intervenção.

Se observarmos essas iniciativas, percebe-se que elas ainda se mantêm atuais. Muitas cartas, recomendações e leis propõem os mesmos tipos de atitudes em relação ao patrimônio. Desde 1931, com a Carta de Atenas, têm sido redigidas, normas de conduta internacionais em relação ao patrimônio histórico e cultural.

No Brasil, existem registros de preocupações com o patrimônio cultural, desde meados do século XVIII, quando, o então vice-rei do Brasil, D. André de Melo e Castro, enviou uma carta ao governador de Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, com a clara intenção de impedir uma transferência de um quartel para um edifício que havia sido construído pelos holandeses. Após este fato, aconteceram episódios isolados onde se observam outras tentativas de proteção ao patrimônio, porém todas de iniciativa da esfera federal.

Em 1924, os governos estaduais passam a implementar ações, das quais, se pode citar um esboço de anteprojeto de lei federal proposto pelo governo mineiro. No entanto, as medidas propostas, não eram suficientes para a proteção efetiva dos monumentos e bens, até que em 1930, José Wanderley de Araújo Pinho faz um

---

<sup>14</sup> Carta de Atenas. 1931.

novo projeto de lei sobre proteção, uma das principais fontes da legislação atual (LEMOS, 2004)<sup>15</sup>.

Em 1936, o ministro Capanema tomou duas decisões que influenciaram de forma decisiva as feições da cultura brasileira tal como conhecemos hoje: decidiu não construir o projeto em estilo "marajoara" de Arquimedes Memória<sup>16</sup>, para a nova sede do Ministério da Educação e Saúde (MES), convidando Lúcio Costa, que, acompanhado de uma equipe brasileira e com a consultoria de Le Corbusier, edificou um prédio que se tornou um "clássico" da arquitetura do século XX.

Concomitantemente, encomendou à Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, o anteprojeto de criação de um instituto destinado a "determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional" (CAVALCANTI, 2000)<sup>17</sup>.

A iniciativa de chamar um dos mais importantes escritores "modernos" residiu na convicção de que a principal tarefa do MES, a formação da mentalidade futura do homem brasileiro, não estaria solidamente alicerçada se não fosse igualmente estabelecido no presente, o que importava de nosso passado. Parece contraditório pensar que os mesmos personagens que protagonizaram o movimento mais revolucionário, em termos de modernidade, dentro da arquitetura foram também aqueles que buscaram o resgate do passado (CAVALCANTI, 2000)<sup>18</sup>.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, criado em 1937, se constituiu no local e instrumento para pesquisas modernistas a respeito da arte e da cultura brasileiras. Em 1936 os "modernistas" foram considerados os mais aptos a erigir os novos monumentos do Estado, assim como, foram considerados "dignos" pelo Estado para tornarem proteger a produção do passado. A credibilidade conquistada pelos "modernistas" se deu, através de uma vinculação histórica e ética; ao assumirem os pólos do passado e do futuro, em uma perspectiva evolucionista (CAVALCANTI, 2000)<sup>19</sup>.

Finalmente, em 1937 é promulgado o Decreto-Lei nº. 25, iniciativa de Gustavo Capanema, Ministro da Educação na época e com texto de Mário de Andrade. E

---

<sup>15</sup> Lemos, Cristian Iribarrem. 2004. *passim*.

<sup>16</sup> Arquimedes Memória foi vencedor do concurso público.

<sup>17</sup> Cavalcanti, Lauro (org.).2000. *passim*.

<sup>18</sup> Cavalcanti, *op. cit. passim*.

<sup>19</sup> Cavalcanti, *op. cit. passim*.

novamente o assunto volta à tona na Constituição de 1988 e em várias leis, Instruções Normativas e Decretos, estaduais e municipais. Em Santa Rosa, a preservação do patrimônio cultural é citada em um artigo suscinto da Lei complementar 33/2006 – Plano Diretor do Município de Santa Rosa e levantado novamente em um único decreto lei de tombamento municipal.

Percebe-se que a criação do SPHAN, foi peça chave para a discussão do patrimônio no Brasil. O órgão ganha espaço pois trata de um assunto estreitamente ligado ao sentimento de identidade. A fim de compreender o contexto de criação desse órgão nacional, no tópico a seguir será discutido o contexto de sua implantação.

### 2.2.1 Patrimônio Cultural sob a perspectiva brasileira: o surgimento do SPHAN

Os movimentos modernistas da década de 20 realizaram uma grande inovação no cenário cultural brasileiro: buscavam uma identidade nacional. Essa transformação acabou afetando também a mentalidade da política nacional, que viu neste “nacionalismo” uma ferramenta de fortalecimento da identidade. Esta situação tornou-se muito clara principalmente na década de 30 no Brasil.

No período entre-guerras, estava aflorando, na Europa, os mais fortes sentimentos nacionalistas, no sentido de exaltação à pátria. A Alemanha Hitlerista e a Itália Fascista foram exemplos notórios desse sentimento elevado a um grau extremo chamado xenofobia. Este contexto internacional aflora no Brasil uma atitude de reforço ao patriotismo.

Uma das atitudes do governo de Vargas, no Brasil, para fortalecer essa idéia de nacionalismo foi a preservação do patrimônio histórico brasileiro. Para isso, foi criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), todo dedicado aos “bens de pedra e cal”. Aliás, os valores que foram socializados através da noção de patrimônio, durante (quase) todo o século XX estavam investidos em bens materiais.

O projeto inicial de Mário de Andrade, na origem do decreto que criou o SPHAN, contemplava em parte, a questão do patrimônio imaterial. No entanto, ela

foi abandonada talvez por uma decisão prática: cuidar do patrimônio de pedra e cal antes que ele desaparecesse. Porém, este fato também foi carregado de um conteúdo ideológico.

Exemplo do conteúdo ideológico esteve presente na primazia conferida pelo SPHAN ao Período Colonial, principalmente ao Barroco Mineiro. Novamente, talvez se trate de pragmatismo: cuidar dos bens mais antigos, isto é, em certo sentido, dos mais ameaçados; e em relação ao Barroco Mineiro, de um determinado conteúdo ideológico: para a quase totalidade dos intelectuais da época, o barroco das Gerais era o momento primeiro de uma arte com características nacionais, associada a uma tentativa de autonomia política, a Inconfidência. Ora, todos esses valores estavam ligados ao problema da identidade nacional, verdadeira obsessão e não só daqueles anos. Pode-se perceber que o ponto de partida é sempre um bem material e o que parece ser o ponto de chegada, um valor imaterial (ROCHA, 2009)<sup>20</sup>.

Ancorados pela força da identidade cultural e como defesa aos ataques da globalização descaracterizadora, ressurgem os movimentos pela preservação do patrimônio intangível citados no projeto de Mário de Andrade. Manifestações de natureza imaterial constituem importantes referências culturais e relacionam-se à identidade, à maneira e à ação dos grupos sociais (CARSALADE, 2007)<sup>21</sup>. Pode-se constatar no decorrer deste trabalho a influência desta ideologia não só na preservação dos monumentos históricos, mas igualmente nas construções ocorridas neste contexto. Identifica-se em Santa Rosa um estilo mais nacionalista, frente a uma população formada a partir de diferentes origens étnicas.

É o reforço desses ideais ligados à ética e à valorização da própria história que apontam para o conceito ampliado de herança histórica. Reafirma-se que a compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater, apenas às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Permite-se verificar através das cartas patrimoniais que não se entende mais o patrimônio cultural como peça de museu afastada do cotidiano das populações, mas como instrumento de construção viva das realidades pessoais e de seu entendimento no mundo. Assim, ao considerar que o patrimônio cultural materializa os laços que unem histórica e geograficamente um povo, torna-se clara a sua

---

<sup>20</sup> Rocha, 2009.

<sup>21</sup> Carsadale, 2007. *passim*.

importância como instrumento de cidadania com rebatimentos na auto-estima das populações. A partir desse senso comum são gerados sentimentos nobres de solidariedade, compromisso e sentido pessoal de "pertencimento" a determinada comunidade, localizada temporal e geograficamente.

### 2.3 Monumento

Dentro das várias definições de patrimônio cultural, este trabalho destaca os bens imóveis. Em torno deste assunto discute-se o significado do termo monumento.

O monumento histórico não é um dado sempre existente, mas uma invenção ocidental datada que ganha força a partir da segunda metade do século XIX. A consagração do monumento histórico surge na Inglaterra e na França ligada ao evento da era industrial.

Etimologicamente falando, a palavra monumento deriva do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* ("advertir", "lembrar"), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. Seu registro escrito mais antigo em português remonta ao século XIII<sup>22</sup>. Segundo Jacques Le Goff, atendendo às suas origens filológicas, *monumentum* é tudo aquilo que pode perpetuar a recordação, evocar o passado (ROCHA, 2006)<sup>23</sup>.

Para Choay (2001)<sup>24</sup>, o monumento assegura e desafia o tempo. É uma garantia das origens e a natureza do seu propósito é essencial, não é somente a de apresentar, dar uma informação neutra, e sim a de emocionar, como uma memória viva.

Choay (2001)<sup>25</sup> já assinalava que, em relação às obras de arquitetura, monumento designa um edifício construído para eternizar a lembrança de coisas memoráveis, ou concebido, erguido ou disposto de modo que se torne um fator de embelezamento e de magnificência nas cidades. A idéia de monumento está mais ligada ao efeito produzido pelo edifício que ao seu fim ou destinação, ajusta-se e

---

<sup>22</sup> Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Instituto Antônio Houaiss/ Ed. Objetiva, 2002.

<sup>23</sup> Rocha, 2006. p.180

<sup>24</sup> Choay, 2001, *passim*.

<sup>25</sup> Choay, *op. cit. passim*.

aplica-se a todos os tipos de edificações. Pode-se verificar tal fenômeno no Clube Concórdia de Santa Rosa.

Foi Aloïs Riegl<sup>26</sup>, que em 1902, em “O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua origem” (WIECZOREK, 1984)<sup>27</sup> um dos primeiros a tratar das transformações operadas ao longo do tempo na noção de monumento. Esse ensaio serviu de reflexão prévia incluída nas medidas jurídicas utilizadas na preparação de uma nova legislação de salvaguarda do patrimônio e continha um profundo raciocínio crítico sobre o significado da noção de monumento.

Em “A alegoria do patrimônio”, Françoise Choay<sup>28</sup> procura mostrar, contudo, que os significados adquiridos pela noção de monumento ao longo do tempo, acrescentando-lhe não só características metafóricas ou atributos estéticos mas também “arqueológicos” (como testemunho de civilizações passadas), tal como aparece, principalmente, na idéia de monumento histórico – traem a progressiva perda de importância da função (de perpetuação) memorialística, a condição impositivo-coletiva apontada antes, do monumento intencional público.

Hoje, o sentido desta palavra evoluiu ainda mais. Além da beleza buscada no patrimônio edificado e seu valor histórico, o encantamento ou o espanto da proeza técnica, e muitas vezes, até sua representação colossal é que o tornam dignos desta definição. A partir daí, o monumento se impõe à atenção sem pano de fundo, como nos seguintes exemplos: o edifício de Lloyd’s em Londres, o Arco da Défense em Paris, Museu Guggenheim em Bilbao (CHOAY, 2001)<sup>29</sup>.

Segundo Meneguello (2007)<sup>30</sup>, a denominação “monumento histórico” passa a fazer parte de outra categoria, a dos “bens culturais”, pois, o sentido de “monumento” muitas vezes pode ser reportado apenas à algo grandioso, com grandes dimensões, e o “bem” engloba desde edificações monumentais até pequenos casebres, que possuam um valor cultural.

Além do exposto acima, com o ensaio de Alois Riegl houve uma importante contribuição para a definição conceitual da conservação através de inventários. Trata-se como esclarece Choay (2001)<sup>31</sup> da “primeira interpretação da conservação

---

<sup>26</sup> Riegl foi presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos que tinha por objetivo discutir critérios de preservação dos monumentos.

<sup>27</sup> Wiczorek, 1984. *passim*.

<sup>28</sup> Choay, *op. cit. passim*.

<sup>29</sup> Choay, 2001, *passim*.

<sup>30</sup> Meneguello, 2007. *passim*.

<sup>31</sup> Choay, *op. cit., passim*.

dos monumentos de acordo com uma teoria dos valores”. O inventário dos bens patrimoniais teve grande contribuição a partir destas teorias.

Esta análise se estrutura em torno da contraposição entre duas categorias principais de valores associados aos monumentos: os valores memoriais, ligados ao passado e a sua memória, e os valores de contemporaneidade, referentes ao momento presente.

## 2.4 Valores

Riegl (1987)<sup>32</sup> em “O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua origem”, aponta que os valores são vistos em detalhe, como forma de identificar as diferentes atitudes de preservação possíveis.

No que se tange aos valores ligados ao passado ou valores de rememoração, Riegl<sup>33</sup> define:

- Valor rememorativo intencional: relacionado ao monumento intencionalmente construído com função memorialística;
- Valor histórico: ligado à história em seus vários ramos;
- Valor de antiguidade: que representa, simplesmente, o gosto por tudo àquilo que seja antigo.

Diferentemente do caráter elitista do valor histórico e do valor artístico relativo, o valor de antiguidade atinge também às massas. Ou seja, que não resulta de interpretações artísticas ou históricas, mas que é adquirido pela sobrevivência de um objeto a passagem do tempo, resultando marcas dessa passagem que transformam esse sobrevivente em um testemunho e lhe atribuem a conseqüente valoração (WIECZOREK, 1984)<sup>34</sup>.

Para Riegl<sup>35</sup>, portanto, a noção de monumento ou o culto dos monumentos, vai do valor rememorativo intencional, passando pelo valor histórico, até o valor de antiguidade ou a compreensão intuitiva que todo e qualquer um tem das marcas da

---

<sup>32</sup> Riegl, 1987. *passim*.

<sup>33</sup> Riegl, *op. cit. passim*.

<sup>34</sup> Wiczorek, 1984. *passim*.

<sup>35</sup> Riegl, *op. cit. passim*.

passagem do tempo. Nesta ordem, dos valores citados tem-se a "evolução" dos valores de rememoração no culto dos monumentos.

Riegl<sup>36</sup> destaca ainda os valores ligados ao presente ou valores de contemporaneidade, que podem assim ser definidos:

- Valor de uso: tomando, sobretudo como critério de distinção entre o monumento histórico e as ruínas, as quais não possuem valor de uso, mas apenas valor memorial e histórico; refere-se à valorização do patrimônio pensando fazer com ele algo que satisfaça uma necessidade material ou de conhecimento ou um desejo. É a dimensão utilitária de um objeto histórico.
- Valor de novidade: (em oposição ao valor de antiguidade), que a sociedade sempre atribuiu a uma aparência fresca, de recém-acabado, no apreço ou preferência da coisa nova sobre a coisa velha;
- Valor artístico relativo: ligado a um conceito central no pensamento de Riegl: a *Kunstwollen*, o “desejo de arte” ligado à sensibilidade artística de cada época, referente a uma sensibilidade contemporânea.

A cuidadosa avaliação dos pesos relativos de valores em um monumento assume uma enorme importância operacional ao determinar qual a estratégia de salvaguarda, ou de restauro mais adequada.

Choay<sup>37</sup> sugere que o sentido da palavra culto no título do ensaio do historiador da arte austríaco diz respeito ao fato de que “na sociedade em transição em que vive, o valor de antiguidade tende a ocupar o espaço social que era tradicionalmente ocupado pela religião”. Ocorre ainda uma “democratização” da própria noção de monumento, uma vez que o valor de antiguidade, como se disse, em oposição ao elitismo do valor histórico e do valor artístico relativo apela também às massas (ROCHA, 2006)<sup>38</sup>.

Se essa era a situação na Áustria do início do século passado, a recente ampliação da noção de patrimônio para além das fronteiras nacionais (patrimônio da humanidade), dos limites da “História Oficial” (o reconhecimento das minorias ou dos “vencidos”) e, até mesmo, do caráter material associado ao monumento (a idéia de patrimônio *imaterial*), atingindo, virtualmente, todo e qualquer grupo ou comunidade

---

<sup>36</sup> Riegl, *op. cit. passim*.

<sup>37</sup> Choay, 2001, *passim*.

<sup>38</sup> Rocha, 2006. *passim*.

humanos, desloca, por sua vez, a importância do valor de antiguidade identificado por Riegl (ROCHA, 2006)<sup>39</sup>.

Da análise de valores que se podem atribuir aos monumentos intencionais e aos monumentos históricos, resulta a constatação da possibilidade da existência de exigências simultâneas regidas por critérios opostos. Por exemplo: o valor de antiguidade confronta-se com o valor de uso e com o valor artístico novo; o valor de uso pode facilmente opor-se ao valor artístico relativo.

O conhecimento dos atributos de valor é necessário para que se possa definir critérios classificativos para a primeira etapa da preservação: a documentação dos bens. Através dos conceitos de valores estabelecidos, é possível dar início a etapa de inventário, que será explanada no subitem que segue.

## **2.5 Etapa para a Preservação: Inventário Arquitetônico**

Segundo BALLART (1997)<sup>40</sup> as situações que devem ser inventariadas são aquelas onde se identificam três categorias de referência: valor de uso, formal e simbólico-significativo:

Bastos (2004)<sup>41</sup> assinala que a realização do inventário trata-se, portanto, da reunião de conhecimentos básicos sobre a edificação, que abordam os seguintes temas: História, Tipologia de Arquitetura, Estilo arquitetônico e obras de arte integradas, Sistemas construtivos e materiais, Levantamento arquitetônico, Diagnóstico do estado de conservação

A definição do tratamento operacional a que vão ser sujeitos os monumentos, seja qual for o tipo de intervenção a realizar (conservação, restauro, etc.) e o seu enquadramento normativo em termos de salvaguarda (classificação, enquadramento de proteção, etc.) dependem de forma direta de uma correta avaliação dos valores patrimoniais em presença.

Atualmente, a maioria dos autores defende a idéia de que o procedimento do inventário é básico e antecede qualquer ação de tombamento, preservação ou

---

<sup>39</sup> Rocha, 2006. *passim*.

<sup>40</sup> Ballart, 1997. *passim*.

<sup>41</sup> Bastos, 2004. *passim*.

restauração. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, IPHAN, o órgão responsável pela documentação e tombamento dos bens de interesse arquitetônico em nível nacional, vem realizando constantes inventários da arquitetura produzida no período colonial e de imigração. À parte, cada estado possui vinculado à Secretaria de Cultura, um departamento que gerencia essas atividades, em nível estadual, e que também desenvolve estudos de inventário.

Normalmente, esses órgãos públicos estão mais interessados nas edificações de relevância nacional, o que transforma o patrimônio local e vernáculo, muitas vezes, em algo desconhecido até mesmo para a comunidade que o vivencia diariamente.

Para Mafalda Reis *appud* INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA (2007)<sup>42</sup>, o patrimônio edificado, na escala municipal, compreende um amplo conjunto de elementos inseridos na paisagem, que pela sua singularidade e expressividade no conjunto do território, adquire valor, do ponto de vista artístico, arquitetônico, urbanístico e de paisagem, constituindo grande potencial de desenvolvimento local.

O trabalho de inventário de patrimônio arquitetônico é a principal ferramenta de documentação, criando um panorama geral dos bens arquitetônicos de determinada localidade.

A arquitetura é uma das principais manifestações de relevância para a análise e compreensão da história das regiões e cidades. Além de seu papel como referência urbana, as edificações simbolizam literalmente a construção da história. A documentação e inventário dos bens de relevância histórica e/ou arquitetônica torna-se fundamental antes de qualquer ação preservacionista ou elaboração de planos turísticos culturais.

---

<sup>42</sup> INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA, 2007. *passim*.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

As fontes desta pesquisa foram os autores de referência na área do patrimônio e da preservação e a base de dados cadastrada na cidade de Santa Rosa. Esta documentação foi encontrada principalmente no Museu Municipal, Cadastro dos imóveis do Município pertencente a Prefeitura Municipal e o Arquivo da Secretaria de Planejamento de Santa Rosa. Estes dados foram analisados frente a teorias de valor e de preservação ao longo dos tempos, dialogando com o contexto histórico no qual os prédios foram construídos.

O principal objeto de estudo é o inventário arquitetônico de prédios históricos do município de Santa Rosa. Para tanto, foi necessário definir dois aspectos básicos:

- a) O método a ser utilizado na catalogação com a definição da ficha de inventário.
- b) Escolha dos bens a serem inventariados.

A metodologia de inventariação baseou-se no material utilizado por Horta (1999)<sup>43</sup>, e em procedimentos resultantes de experiências anteriores enriquecidos pela aprendizagem ocorrida no decorrer do próprio trabalho. A ficha do IPHAN foi a base para elaboração da ficha padrão deste trabalho e encontra-se nos anexos deste trabalho. A partir desta, as informações foram classificadas em itens, resultando na elaboração das fichas catalográficas encontradas a seguir.

Como forma de exemplificação, segue um modelo de ficha de inventário com as múltiplas possibilidades de registro preenchida de forma que padroniza os levantamentos.

Por se tratar de um trabalho técnico, foram utilizados alguns termos usuais dentro da Arquitetura e Engenharia, que serão melhor compreendidos com a leitura da ficha a seguir.

---

<sup>43</sup> Horta, 1999. *passim*.

### 3.1 Modelo da ficha a ser preenchido para o inventário do patrimônio cultural do município de Santa Rosa

- a) **Identificação do Imóvel:** nome pelo qual o bem cultural é conhecido.
- b) **Bairro/ Município:** nome do município e localidade se houver.
- c) **Endereço:** rua, número – alguma referência de localização. Indicar a numeração do quarteirão e do lote no qual se insere o bem cultural de acordo com planta cadastral da cidade. Inserir a Planta de situação demonstrando uma área de abrangência maior que o quarteirão, a fim de demonstrar a relação da edificação com os logradouros adjacentes.
- d) **Ano da construção:** ano que a construção foi iniciada ou inaugurada (de acordo com o registro encontrado). Em alguns casos onde não há comprovação de datas, pode estar identificada a década.
- e) **Uso original:** escrever o uso original do bem;
- f) **Uso atual:** escrever o uso atual do bem;
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** pública ou privada. Se pública, preencher com o nome do proprietário.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio/ alugado
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** descrever como a edificação se comporta em relação aos edifícios vizinhos. Se for heterogêneo significa que os imóveis construídos nas imediações apresentam estilos arquitetônicos diversos e períodos de construção distintos. Se for homogêneo significa que as edificações possuem a mesma linguagem.

Tratamento da área externa: descrever como é a relação do edifício com as vias públicas. Possui recuo? Está construído no alinhamento? Marcar se a edificação é um referencial urbano.

- j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** breve histórico da implantação do edifício (quando houver) e descrição geral da edificação.

Escala da construção: pequeno, mediano, monumental.

Como está configurado o vão das esquadrias, há ritmo (estão dispostas ordenadamente)? Descrever elementos diferenciados como arcadas, balaustres, varandas, rampas de acessibilidade. Descrição dos principais elementos encontrados nas fachadas voltadas para as vias públicas.

k) **Documentação Fotográfica:** fixar neste campo as fotografias relevantes. Podem ser antigas ou recentes. Devem contemplar a fachada principal e detalhes significativos, se houver.

l) **Elementos Construtivos:** descrição da estrutura da edificação. Se for estrutura independente significa que há presença de pilares e vigas de concreto que sustentam a cobertura. As paredes servem, neste caso, somente como vedação. Se for autoportante: as paredes estão dispostas sobre paredes, a fim de suportarem seu próprio peso e são elas que sustentam a cobertura.

Quanto ao telhado: descrição do tipo de material utilizado (zinco, fibrocimento, telha de barro, telha de concreto), número de águas (quatro águas, duas águas, uma água), qual o acabamento em relação as paredes externas (descrevendo se há beiral, platibanda).

Quanto aos materiais: descrever o revestimento da fachada e a pintura da fachada em relação a cada pavimento da edificação.

Quanto as esquadrias: especificar neste campo o tipo de verga das portas e das janelas (ex: verga reta, verga em arco), tipo de abertura das esquadrias, material utilizado

m) **Análise do Estado de Conservação:** especificar o atual estado de conservação do bem cultural em relação às modificações dos elementos originais. Informar neste campo o estado de degradação dos elementos construtivos do bem. Informar, dentro do possível, o grau do risco de desaparecimento do bem.

n) **Proteção Legal Existente:** descrever se o referido bem apresenta algum tipo de proteção.

### **3.2 Critérios de seleção das edificações a serem inventariadas**

Inicialmente foram selecionadas 25 edificações, como representativas. Além dos edifícios estudados a seguir, fizeram parte da primeira triagem as seguintes edificações: Colégio Concórdia, Casa da Xuxa, Fundação Educacional Machado de Assis, Escola Santa Rosa de Lima, Residência do Sr. Virgílio Lunardi, Antiga Agência Ford, Edifício Lavarda, Lojas Colombo, Estação Férrea Cruzeiro, Casa Lavarda e Klock.

Porém, com base nos objetivos do trabalho, realizou-se a escolha de quinze exemplares dentre estes edifícios. Os exemplares foram escolhidos utilizando o critério de localização, monumentalidade, uso e por serem prédios de uso público.

Para escolher os edifícios levaram-se em consideração dois aspectos distintos. O primeiro foi o reconhecimento da população, pela sua importância histórica, social e arquitetônica, traduzido em um relatório do Conselho Municipal de Cultura, datado de ano de 2008. Dentro desses edifícios, aplicou-se o segundo aspecto que foi de filtrar os exemplares semelhantes sob o ponto de vista de contexto de implantação e características formais e inserir edificações com peculiaridades arquitetônicas representativas de momentos históricos distintos que refletiram o processo de desenvolvimento na cidade.

Com estes critérios, os bens imóveis a serem registrados por este trabalho são os seguintes: Comissão de Terras e Colonização, Estação Férrea, Antigo Palácio Municipal, Biblioteca Pública Municipal, Clube Cultural, Edifício Engel, Edifício Lithon Lanes Pilau Edifício Lunardi, ACISAP, Sociedade Esportiva e Recreativa Concórdia, Prédio dos Correios e Telégrafos, Câmara Municipal de Vereadores, Banco Santander, Graziottin e Centro Cívico e Cultural Antônio Carlos Borges.

De posse do acervo a ser estudado, a delimitação territorial e temporal foi uma consequência automática, pois a totalidade dos exemplares situam-se na área central e pertencem a um intervalo de tempo que perfaz 66 anos, de 1916 a 1982.

Por esse motivo, encontram-se exemplares que datam da década de 1920, assim como, exemplares que datam da década de 80. Para uma melhor compreensão dos dados, o contexto histórico de implantação de grande parte dos edifícios é tema de pesquisa do capítulo posterior, onde além dos dados coletados nos órgãos públicos, as fontes de pesquisa incluíram historiadores locais.

A figura 2 apresenta a imagem da delimitação da área de estudo deste trabalho.



## 4. CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS

A fim de qualificar o estudo dos principais edifícios torna-se de fundamental importância contextualizar o histórico de implantação com a evolução político-econômica da cidade.

### 4.1 Início do povoamento e colonização de Santa Rosa

A cidade de Santa Rosa nasceu na confluência dos arroios Pessegueiro e Pessegueirinho e era parte integrante do território dos Sete Povos das Missões. Suas terras pertenceram, sucessivamente, a Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Ângelo. Em 1876 o município de Santo Ângelo foi subdividido e criado o Distrito de Santa Rosa, antes mesmo da regular e efetiva colonização que só iria iniciar a partir 1914 (SCHALLENBERG, 1981)<sup>44</sup>.

As terras onde hoje está localizado o município de Santa Rosa eram ervais da antiga missão jesuítica de Santo Ângelo. Antes da colonização, ocorreu neste território um intenso fluxo comercial clandestino, com contrabando de madeira de lei e, principalmente pela existência abundante de erva mate “in natura” comercializada com os países platinos (SCHALLENBERG, 1981)<sup>45</sup>. Foi comum a ocorrência neste território da intrusão, onde as terras eram ocupadas por posseiros.

Segundo Christensen (2008)<sup>46</sup> nestes espaços encontravam-se bandidos comuns, contrabandistas, refugiados políticos, além de pequenos agricultores. Existia de um adágio popular que era pronunciado nas “Colônias Velhas” que dizia “*Santa Rosa-Buricá, quem não presta vai para lá*”.

Segundo a historiadora, este dito era conseqüência do alto índice de violência na região durante o século XIX, ocasionando a baixa densidade demográfica da região.

---

<sup>44</sup> Schallenberg, 1981. p.11

<sup>45</sup> Schallenberg, *op. cit. passim*.

<sup>46</sup> Christensen, 2008, p. 25

Christensen (2008)<sup>47</sup> destaca:

“Diante deste contexto, já em 1913, o coronel Bráulio de Oliveira, sediado em Santo Ângelo, proprietário das terras circunscritas em Cruzeiro e chefe político da região, fez um pedido ao então interventor do Estado, Antônio Flores da Cunha, no sentido de que fosse criada a colônia de Santa Rosa. A idéia do Intendente de Santo Ângelo foi de radicar aí somente elementos de origem nacional.”

A idéia de agregar apenas elementos nacionais para a colonização de Santa Rosa poderia estar ligada a dois importantes fatores. O primeiro é que já havia na região a existência de núcleos coloniais, principalmente de etnia alemã, católica, como era o caso de Campinas das Missões e Santo Cristo. O segundo fator é que era necessário legalizar os nacionais que já haviam se instalado na região como posseiros (SCHALLENBERG, 1981)<sup>48</sup>.

O engenheiro Carlos Torres Gonçalves, chefe da Colonização do Estado, tinha como função organizar a colonização em Santa Rosa, durante o governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Dedicou-se à proteção do elemento nacional que, por suas convicções positivistas, acreditava no aproveitamento da força de trabalho dos nacionais ou caboclos, como uma forma de incorporar o proletariado à sociedade (CHRISTENSEN, 2008)<sup>49</sup>.

O loteamento da colônia que estava sendo criada foi realizado de forma diferente do que já havia sido feito na região. Na demarcação das terras foi levado em consideração o curso dos rios e a disponibilidade de água, principalmente nos projetos das estradas, para tornar eficiente o escoamento da produção e facilitar a passagem para o interior da colônia. Isto propiciou que muitos colonos que vieram se assentar na região prosperassem (SCHALLENBERG, 1981)<sup>50</sup>.

Mesmo com a política de proteção aos nacionais ou caboclos, o ano de 1915 foi marcado por um intenso fluxo de correntes migratórias internas de pessoas de origem étnica européia. Eram oriundos das chamadas colônias velhas, que enfrentavam excedente populacional, motivado, entre outros fatores, pela alta taxa de natalidade (CHRISTENSEN, 2008)<sup>51</sup>.

---

<sup>47</sup> Christensen, 2008, p. 28.

<sup>48</sup> Schallenberg, 1981. p.89.

<sup>49</sup> Christensen, 2008, *op. cit. passim*.

<sup>50</sup> Schallenberg, *op. cit. passim*.

<sup>51</sup> Christensen, *op. cit. passim*.

Como os migrantes tinham maior experiência no pioneirismo de novas colônias, estes acabaram se sobressaindo sobre os nacionais. Mesmo tendo acesso às melhores propriedades e sendo privilegiados na forma de pagamento, os nacionais acabaram marginalizados no processo de produção, levando muitos deles a venderem suas propriedades, se dedicarem as atividades urbanas ou migrarem para outras regiões do país (SCHALLENBERG, 1981)<sup>52</sup>.

A colonização de Santa Rosa foi marcada pela heterogeneidade étnica. Entre os vários grupos étnicos que vieram para a colônia de Santa Rosa, a maioria era de origem alemã, seguida das etnias italiana, polonesa e russa. O trabalho de colonizar Santa Rosa era árduo, pois o colono deveria antes de tudo, derrubar a mata nativa que cobria a região, construir suas instalações e sobreviver os primeiros tempos até as primeiras colheitas (CHRISTENSEN, 2008)<sup>53</sup>.

Segundo Christensen (2008)<sup>54</sup>:

“Devido ao isolamento e as dificuldades de transporte, as comunidades iam aos poucos se organizando onde cada qual procurava ter uma serraria, uma ferraria, uma sapataria, um moinho, o bolicho ou venda, um salão e, de forma imprescindível a capela e a escola”.

A história política de Santa Rosa tomaria novos rumos a partir de 1914, quando foi fundado o núcleo colonial “14 de Julho”, sede da Colônia Santa Rosa. O primeiro administrador da colônia foi Otávio de Campos Monteiro. Este foi substituído no início de 1916 por João de Abreu Dahne, diretor da Colônia e Comissário de Terras para todo o Alto Uruguai, que permaneceu na administração do distrito até 1930 (SCHALLENBERG, 1981)<sup>55</sup>.

Porém, devido à precariedade em que muitos habitantes da região viviam, a taxa de violência permanecia alta. Os crimes mais freqüentes e temidos pela população local eram os que envolviam saque e roubo. Schalleberg (1981)<sup>56</sup> relata que além disto, ocorriam conflitos étnicos e culturais devido à heterogeneidade da colonização. Salienta ainda que isto ocorria pelo caráter racista que estava impresso na colônia, ocorrido em razão da defesa e a proteção dados aos colonos nacionais.

---

<sup>52</sup> Schallenberg, 1981. p.94.

<sup>53</sup> Christensen, 2008, p. 56.

<sup>54</sup> Christensen, 2008, p. 58.

<sup>55</sup> Schallenberg, *op. cit. passim*.

<sup>56</sup> Schallenberg, *op. cit. passim*.

Os alemães enfrentaram os maiores conflitos étnicos na colônia de Santa Rosa, desde o seu início. Eram vistos com desconfiança pelos brasileiros por terem uma cultura completamente diferente e por serem seguidores da religião protestante. Essa desconfiança aumentou com a unificação alemã na década de 1870, e esta passou a ser vista como uma potência européia imperialista e colonialista. Sendo o Brasil um país ainda em formação, dado o curto período que havia deixado de ser colônia de Portugal a desconfiança era ainda maior (GERTZ, 1991)<sup>57</sup>.

O traçado urbano e a movimentação dos primeiros moradores concentravam-se em torno do que hoje é conhecido como cidade baixa. Os limites da ocupação urbana eram o rio Pessegueirinho a oeste e norte, o rio Pessegueiro ao sul e a Rua Santa Cruz a leste. O seu centro era constituído pela Praça da Independência e ao redor localizavam-se os prédios da Comissão de Terras e Colonização e algumas residências de pioneiros. Nessa época, o povoado contava com uma população de aproximadamente 415 (quatrocentos e quinze) habitantes.

A Praça da Independência foi inaugurada em 7 de setembro de 1922. A figura 3 apresenta o traçado da Praça de Independência no ano de 1920.

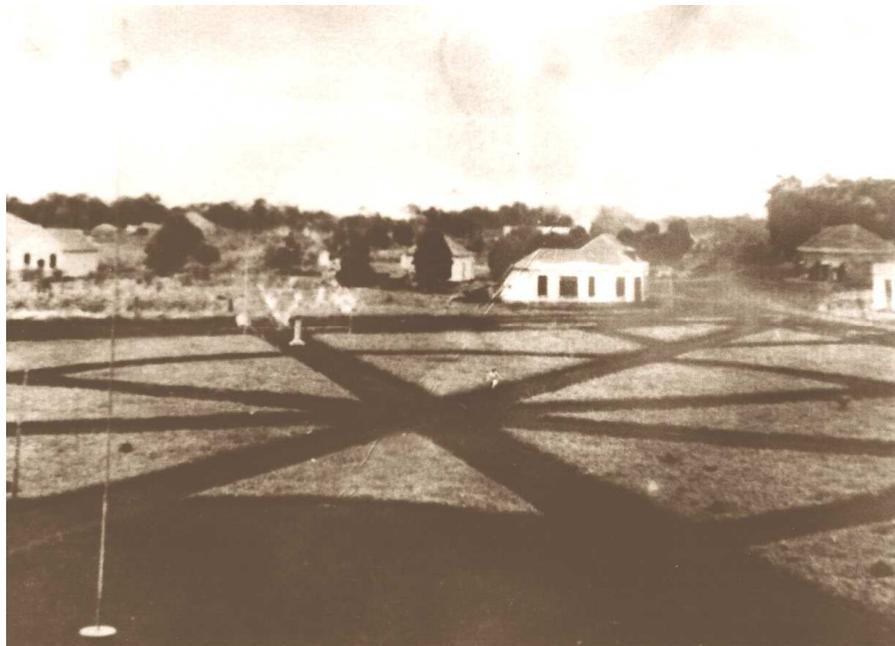


Figura 3: Traçado da Praça da Independência, 1920. Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2009.

No ano de 1919, na Vila 14 de Julho, sede da colônia Santa Rosa, foi criada a Sociedade Lírica Concórdia por descendentes de imigrantes alemães, com a

---

<sup>57</sup> GERTZ, 1991.

finalidade de incentivar o Canto Coral. Naquela espaçosa construção de madeira, homens e mulheres, cansados do pesado trabalho na terra, buscavam nos fins de semana ou nas comemorações festivas, um espaço de lazer e aconchego, de conversas e amizades. Ali, ouviam-se cantos, hinos religiosos e saudosas canções que lembravam a pátria distante; começavam namoros, celebravam-se casamentos e festas de batizados. Enfim todos os acontecimentos da vida daqueles pioneiros tinha endereço certo.

A construção destacada neste contexto histórico de Santa Rosa é o edifício da Comissão de Terras e Colonização, a primeira casa construída em Santa Rosa. Esta edificação de traços tipicamente europeus foi criada para distribuir as terras da nova colônia aos nacionais.

#### **4.2 O município de Santa Rosa: da emancipação até a década de 1950**

Após uma campanha de emancipação e análise de dados estatísticos do que seria o novo município de Santa Rosa em comparação ao município de Santo Angelo, sede do então distrito de Santa Rosa, a localidade foi emancipada.

Em 1º de julho de 1931, o interventor Federal do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, assinou o decreto nº. 4.823 emancipando e elevando Santa Rosa a categoria de município (CHRISTENSEN, 2008)<sup>58</sup>.

A partir de então se tem registro mais expressivos de seu desenvolvimento dentro da região. Segundo Christensen (2008)<sup>59</sup> a partir deste momento a cidade desenvolveu-se para além da Avenida Santa Cruz até o contorno da viação Férrea.

O primeiro prefeito de Santa Rosa foi o então administrador da colônia, Arthur Ambros, através de nomeação, que permaneceu no cargo apenas até 1932. Até 1935 Santa Rosa teve mais dois prefeitos: Licurgo Escobar Moreira e Volenciano Coelho. O primeiro prefeito eleito por voto popular em Santa Rosa foi o Coronel Oscar Germany em 1935. Durante a gestão de Oscar Germany, ocorreram conflitos

---

<sup>58</sup> Christensen, 2008, p. 67.

<sup>59</sup> Christensen, *op. cit. passim*.

políticos entre o prefeito e os membros da Frente Única Gaúcha, principalmente relacionadas a colônia alemã no município (CHRISTENSEN 2008)<sup>60</sup>.

Christensen (2008)<sup>61</sup> afirma:

“ Nessa época a questão racial em Santa Rosa estava tão acentuada que a fundação de clubes, como a Sociedade Lírica Concórdia e a Sociedade Cultural, serviam para que as horas de lazer fossem livres de “promiscuidade”, ou seja, “cada um no seu lugar”, como se falava na época. O quadro de sócios do Clube Concórdia era composto na maioria por ítalo-brasileiros e teuto-brasileiros, enquanto, a Sociedade Cultural era composta predominantemente por luso-brasileiros.”

E dentro deste contexto segregacionista o Clube Cultural foi fundado em novembro de 1933. Com muitas dificuldades, seus sócios conseguiram construir a sua sede na Av. Santa Cruz.

Com a mudança nos rumos políticos do Brasil em 1937, início do Regime Político do Estado Novo, o município de Santa Rosa passou por um processo de adequação a nova política. Assim como nos demais municípios do Brasil, a Câmara Municipal de Vereadores encerrou suas atividades e permaneceu fechada por dez anos.

Os prefeitos passaram a ser novamente nomeados. Foi então que o Capitão Pautilho Palhares assumiu o cargo em 1938 e permaneceu até 1944 (CHRISTENSEN, 2008)<sup>62</sup>.

Durante a gestão de Pautilho Palhares ocorreram importantes realizações em prol da melhoria da infra-estrutura do município de Santa Rosa como a chegada da estrada de ferro, a instalação do Regimento de Cavalaria; o Telégrafo Nacional e a construção da Prefeitura Municipal (CHRISTENSEN, 2008)<sup>63</sup>.

O ramal ferroviário que ligava Santa Rosa ao município de Santo Ângelo foi inaugurado a 12 de maio de 1940, fazendo com isso a conexão com a capital, Porto Alegre. A construção da ferrovia esteve a cargo da firma Dahne & Conceição Cia e a direção dos trabalhos esteve sob a chefia do engenheiro Vasco de Mello Feijó.

Com a chegada da estrada de ferro houve um acentuado progresso para a cidade e para a região que pode desfrutar da exportação e importação de produtos.

---

<sup>60</sup> Christensen, *op. cit. passim*.

<sup>61</sup> Christensen, 2008, p. 108.

<sup>62</sup> Christensen, 2008, p. 111.

<sup>63</sup> Christensen, *op. cit. passim*.

Foi possível compensar o afastamento de Porto Alegre e, apesar da escassez de vagões e da tarifa elevada, chegou-se a exportar mais e a menor preço que em certas colônias da Encosta da Serra (CHRISTENSEN, 2008)<sup>64</sup>.

Nesse período pode-se ainda destacar o desenvolvimento da malha urbana, fazendo com que residências e estabelecimentos comerciais se desenvolvessem nas proximidades da Estação Ferroviária.

Todavia, com o decorrer dos anos, os processos de evolução tecnológicos e outros fatores de igual importância, foram lentamente substituindo o transporte ferroviário dando ênfase aos interesses e preocupações pertinentes à época. Na figura 04 pode-se visualizar a Estação Cruzeiro, nos primeiros anos de funcionamento. Hoje o prédio da antiga Estação Cruzeiro e Estação Santa Rosa permanecem como lembrança dos áureos tempos da ferrovia e o transporte de carga.



Figura 4: Estação Férrea, 1940. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal, 2009.

Com a chegada da ferrovia, Putilho Palhares vislumbra uma nova cidade. Havia percebido que o crescimento da cidade se daria em direção a Estação de Ferro e projetou para sua proximidade a construção da nova Prefeitura Municipal. Resolveu transferir o centro da cidade. Com isto, em 1941 os ares do desenvolvimento passam a soprar em Santa Rosa. O majestoso prédio que abrigaria

---

<sup>64</sup> Christensen, *op. cit. passim*.

a Prefeitura Municipal teve a sua construção iniciada. Localizado em uma enorme área descampada onde mais tarde seria construída também a Praça da Bandeira que se transformaria no coração da cidade.

Porém, coube a José Cezimbra Machado, Prefeito eleito na gestão posterior, a tarefa de dar continuidade ao projeto de construção. O edifício apresentava uma arquitetura arrojada para a época e estava entre as maiores do Estado do Rio Grande do Sul.

Nas figuras 05 e 06 estão retratadas a construção do edifício da Prefeitura na fase de alicerce e levantamento das paredes, respectivamente.



Figura 5: Início das obras da Prefeitura Municipal- as fundações, 1941. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal, 2009.

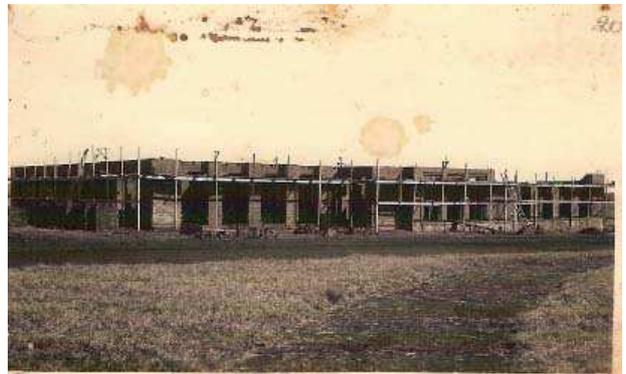


Figura 6: Início das obras da Prefeitura Municipal- o levantamento das alvenarias, sem data. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal, 2009.

Em 1942, com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial contra as potências do eixo, Getúlio Vargas inicia uma Campanha de Nacionalização, que acabou surtindo profundos efeitos nos descendentes das etnias italiana, alemã e japonesa que eram proibidos de falar seu idioma de origem, além de possuir qualquer escrito nele.

Neste sentido, no governo de Pautinho Palhares, ocorreram verdadeiras perseguições aos moradores de origem estrangeira. Estes tinham suas casas invadidas, saqueadas, escritos confiscados e até mesmo eram agredidos. As instituições religiosas e de ensino que haviam sido criadas por iniciativa dos imigrantes foram submetidas à estreita vigilância ou tiveram suas atividades suspensas. (CHRISTENSEN, 1981)<sup>65</sup>. Segundo Christensen (1981)<sup>66</sup> as autoridades santa-rosenses nada fizeram para proteger os descendentes diante das hostilidades,

<sup>65</sup> Christensen, 1981, p. 34.

<sup>66</sup> Christensen, 1981, p. 59.

sendo coniventes com as agressões. No dia 21 de agosto de 1942, muitas residências e casas comerciais foram destruídas e saqueadas por uma multidão, e os proprietários que tentavam defender seus bens eram agredidos. Acredita-se que estas perseguições ocorridas na década de 40 tenham inibido a arquitetura característica das regiões italianas e germânicas, pois Santa Rosa praticamente não apresenta exemplares com tais características.

Este processo de construção da arquitetura com características européias já vinha ocorrendo na política pública brasileira desde o início do governo de Vargas. Segundo WEIMER (2004)<sup>67</sup> a partir do golpe do Estado Novo a adoção de modelos de planejamento nazistas se tornou indiscriminada, porém, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, esta produção arquitetônica passou a ser muito reduzida.

Em 18 de maio de 1946 aconteceu a inauguração do novo prédio da Prefeitura Municipal. O evento contou com a presença de autoridades civis e militares do Rio Grande do Sul e da República Argentina. Na época, com o país já redemocratizado, o Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra foi homenageado e sua foto inaugurou a Galeria da Prefeitura Municipal. E foi em 1948 que o primeiro prefeito eleito, Alfredo Leandro Carlson passou a despachar na nova prefeitura.

Nas figuras 07 e 08 estão retratados o entorno da nova Prefeitura em alguns anos após a inauguração.



Figura 7: Prefeitura Municipal alguns anos após a inauguração, sem data. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal, 2009.



Figura 8: Prefeitura Municipal e Praça da Bandeira, alguns anos após a inauguração, sem data. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal, 2009.

<sup>67</sup> WEIMER, 2004. p.145.

O novo edifício mudou os rumos da urbanização da cidade. Com a transferência da Prefeitura Municipal para o majestoso prédio proto-moderno houve o deslocamento do centro urbano. A construção da Praça da Bandeira, a transferência da Rodoviária, a implantação de hotéis, casas comerciais, estabelecimentos bancários, a estação de tratamento de água, prédios dos correios e telégrafos foram conseqüência deste processo. O edifício Engel, Lithon Lanes Pilau e Lunardi fazem parte deste contexto de implantação.

Importantes prédios públicos também foram edificados neste momento. Em 1944, por exemplo, começou a ser construído a nova sede do Bannisul, que já estava atuando na localidade que viria a ser Santa Rosa desde 1929, junto a Associação Comercial.

No ano de 1947 foi iniciada a construção do novo edifício da Associação Comercial de Santa Rosa (ACISAP). Foi inaugurado em 1949, pelo então presidente Virgílio Lunardi que contou com a colaboração de cento e cinco sócios bem feitores para pagarem a construção do edifício (CHRISTENSEN, 2008)<sup>68</sup>.

No final da década de 1940 foram criados dois importantes colégios e se consolidaram durante a década de 1950. O primeiro deles foi o Colégio Santa Rosa de Lima, criado pelas irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, chegadas no município em 1943 (CHRISTENSEN 2008)<sup>69</sup>.

O segundo colégio a ser criado foi o Instituto Machado de Assis. As primeiras aulas eram ministradas nos corredores do prédio da Prefeitura Municipal durante a noite. Posteriormente, a escola mudou-se para o porão de uma fábrica de sabão, propriedade de Zelindo Sanderson. Funcionou durante vários anos nas dependências do Hotel Joner até mudar para o atual prédio, construído em 1959.

A sociedade Concórdia também modernizou as suas instalações, conforme pode-se perceber na figura 09 que demonstra o projeto apresentado a Prefeitura Municipal. Com o crescimento da cidade de Santa Rosa tornou-se necessário transferir a sede que antes estava localizada na cidade baixa.

A figura 9 apresenta a fachada do projeto arquitetônico do Clube Concórdia apresentado à Prefeitura Municipal em 1950.

---

<sup>68</sup> Christensen, 2008, *passim*.

<sup>69</sup> Christensen, *op. cit.*, *passim*.

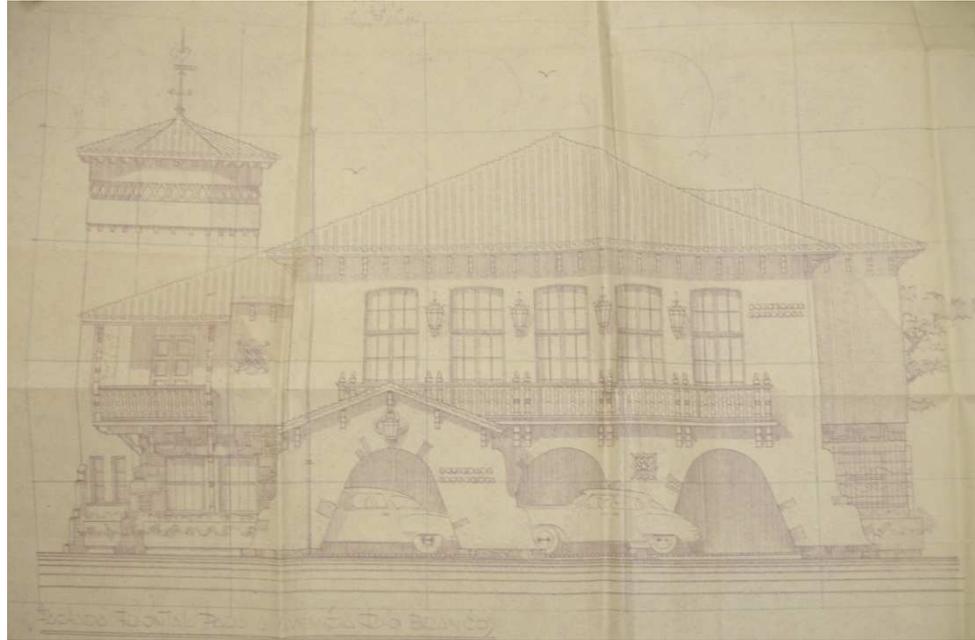


Figura 9: Projeto Arquitetônico – Fachada apresentada à Prefeitura Municipal, 1950.  
 Fonte: Arquivo de Imóveis da Prefeitura Municipal, 2009.

Na década de 50 foi implantada a nova sede do prédio do Correio. No final da década foi edificada a residência do Dr. Etienne Miroslaw Gregorieff, que possuía uma escala diferenciada.

#### 4.3 Crescimento da cidade de Santa Rosa: novos rumos

Nos anos 60 o município passou por uma transformação no setor econômico, utilizando a soja como base de sua economia, interferindo, tal transformação, diretamente no seu desenvolvimento urbano. Contudo, a produção de soja trouxe consigo outras atividades para o município e para a região, como a suinocultura, a produção de leite e no rastro da expansão agroindustrial surgiu também a produção de máquinas agrícolas, hoje um dos fatores que impulsionam o desenvolvimento da economia local com o setor metal-mecânico (LOCATELLI, 2007)<sup>70</sup>.

Na figura 10 é possível visualizar a conformação urbana ao redor da via Férrea.

<sup>70</sup> Locatelli, 2007. p. 101.



Figura 10: Imagem aérea, década de 40. Na imagem observa-se a Praça 10 de Agosto nos primeiros anos após sua implantação. Ao centro, é possível visualizar um trecho da via férrea. Fonte: LOCATELLI, 2007.

Esta década caracterizou-se pelo indiscriminado surgimento de loteamentos que fizeram com que a cidade começasse a crescer para o leste, ou seja, na direção da então Vila Cruzeiro, ocupando uma área bastante extensa sem que houvesse um planejamento urbanístico prévio apropriado.

A partir de 1964 a cidade foi beneficiada por uma série de renovações. A rede de iluminação pública foi ampliada e melhorada, bem como, os serviços de telefonia, o rio Pessegueirinho teve seu curso corrigido e canalizado, novas escolas foram implantadas, prédios públicos e privados também foram acrescentados à paisagem urbana local.

Em 1966, durante o governo municipal de Arno Rodolpho Pilz, ocorreu a 1ª FENASOJA. Este evento ficou marcado na história de Santa Rosa e ocorre de dois em dois anos até os dias atuais.

Foi registrado um aumento populacional de cerca de 70% na década de 1970, que já começava desde a década de 1960. Este aumento populacional foi devido, principalmente, ao grande êxodo rural que estava ocorrendo nesta década. Isto ocasionou a ampliação dos setores secundário e terciário de Santa Rosa. Em 1967 foi criado o Plano Diretor da cidade para controlar esse crescimento, e fazê-lo de

forma moderna e organizada (CHRISTENSEN 2008)<sup>71</sup>. Neste momento, é construído o Edifício da Graziottin com uma arquitetura grandiosa e arrojada para a cidade daqueles tempos.

Merece destaque o prefeito Alvírio José Scalco (1969-1972) que tinha como slogan “Mocidade e dinamismo para o progresso em Santa Rosa”. Dentre as suas principais atitudes estavam uma reforma administrativa, criação de novos órgãos relacionados à cultura, justiça e segurança pública, e a promoção da instalação de Ensino Superior em Santa Rosa (CHRISTENSEN 2008)<sup>72</sup>.

O prefeito seguinte foi Anacleto Giovelli que teve sua principal característica o modelo de ação comunitária. Segundo Christensen (2008)<sup>73</sup>, tratava-se do mutirão, forma de trabalho conjunto dirigido para uma finalidade básica comum, da qual todos participavam com a parcela adequada a cada indivíduo. Sua administração foi um exemplo de uma política pública bem-sucedida, principalmente na construção de casas populares e nas medidas em prol da saúde pública.

Na gestão de 1977-1982, o prefeito de Santa Rosa foi Antônio Carlos Borges, cuja principal realização da sua gestão foi a construção do Centro Cívico e Cultural, que atualmente leva o seu nome. Pautou sua administração na educação, cultura e nos valores históricos da população. Na figura 11 está registrado a construção do Centro Cívico, nos anos de 1980.

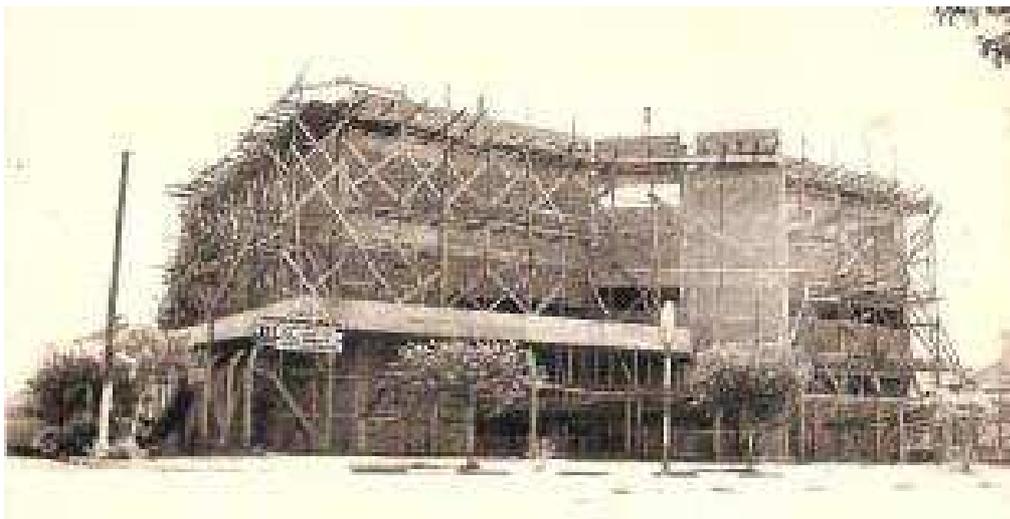


Figura 11: Construção do Centro Cívico e Cultural, 1980. Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal, 2009.

---

<sup>71</sup> Christensen, *op. cit.*, *passim*.

<sup>72</sup> Christensen, *op. cit.*, *passim*.

<sup>73</sup> Christensen, *op. cit.*, *passim*.

A década de 1980 foi extremamente propícia para a construção civil em Santa Rosa. O prefeito Erni Friderichs tinha como lema: “Construir é um negócio Seguro”, promovendo uma enorme campanha em prol da construção civil, acabou criando milhares de empregos diretos em Santa Rosa. Pode-se perceber na figura 12 que a Avenida Rio Branco já estava tomada de edificações.



Figura 12: Vista aérea da Avenida Rio Branco, 1980.  
Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal, 2009.

Ainda de sua administração destaca-se o Musicanto, cuja primeira edição ocorreu no primeiro ano de sua gestão, em 1983. O Musicando durante muitos anos foi um dos maiores festivais de música nativista do Rio Grande do Sul e trouxe momentos marcantes para a história de Santa Rosa (CHRISTENSEN 2008)<sup>74</sup>.

Na década de 1990, foram prefeitos em Santa Rosa: Alcides Vicini (1989-1992), Osmar Terra (1993-1996) e Julio Osório Brum de Oliveira (1997-2000). O setor que teve maior crescimento nesta década foi o metal mecânico, vindo a se instalar em Santa Rosa diversas empresas do ramo. Nesta década ocorreu também um melhoramento na saúde pública do município, onde este atingiu o menor índice de mortalidade infantil do estado do Rio Grande do Sul (CHRISTENSEN 2008)<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> Christensen, 2008, p.121.

<sup>75</sup> Christensen, *op. cit.*, p.132.

Em 1998, foram constatados problemas estruturais no prédio da Prefeitura. Por questão de segurança, os serviços foram transferidos e o prédio interditado. A administração municipal funcionou por seis meses em um pavilhão do Parque de Exposições Alfredo Leandro Carlson onde permaneceu por seis meses, para ocupar posteriormente, um prédio pertencente a um antigo supermercado.

A primeira década do século XXI em Santa Rosa foi marcada pelo retorno de Alcides Vicini no poder (2000-2004). Nesta sua segunda gestão ocorreu uma mudança no prédio da prefeitura municipal.

O prédio da antiga prefeitura ficou em completo abandono e extremamente deteriorado. Após longas polêmicas envolvendo setores da sociedade civil, em 19 de abril de 2001, o Prefeito Municipal Alcides Vicini decretou o tombamento do prédio, passando o mesmo a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do município.

## **5. INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO**

As fichas catalográficas encontram-se a seguir e seguem uma seqüência cronológica de início de construção do bem. A seqüência é apresentada abaixo:

- 5.1. Comissão de Terras e Colonização – 1916**
- 5.2. Clube Cultural – 1935 e 1946**
- 5.3. Antiga Estação Férrea de Santa Rosa - 1940**
- 5.4. Antigo Palácio Municipal – 1941**
- 5.5. Edifício Engel - 1941**
- 5.6. Biblioteca Pública Municipal - 1944**
- 5.7. Edifício Lithon Lanes Pilau – 1945, 1952, 1957**
- 5.8. Edifício Lunardi- 1947**
- 5.9. ACISAP - 1947**
- 5.10. Sociedade Esportiva e Recreativa Concórdia - 1950**
- 5.11. Prédio dos Correios e Telégrafos - 1952**
- 5.12. Câmara Municipal de Vereadores - 1957**
- 5.13. Banco Santander - 1959**
- 5.14. Graziottin - 1974**
- 5.15. Centro Cívico e Cultural Antônio Carlos Borges- 1979**

## 5.1 Comissão de Terras e Colonização

- a) **Identificação do Imóvel: Comissão de Terras e Colonização**
- b) **Bairro/ Município:** Centro – Cidade Baixa. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Rua Santo Ângelo esquina com Av. Rio Grande do Sul e Av. Borges de Medeiros. Lote 01 Quadra 20.

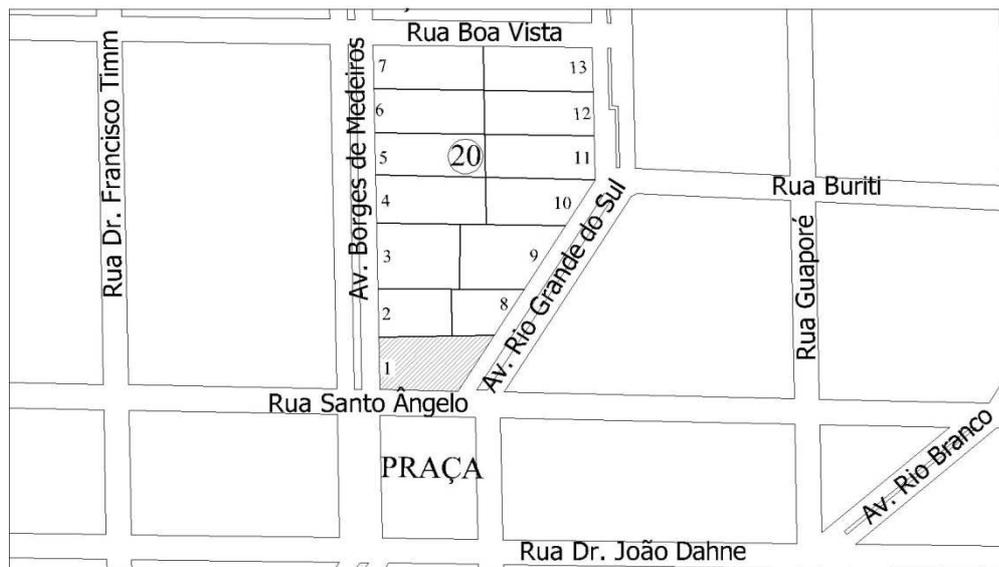


Figura 13: Localização do edifício da Comissão de Terras e Colonização no entorno.  
Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1916 pelo Engenheiro Goldophin Ramos.
- e) **Uso original:** Comissão de Terras e Colonização.
- f) **Uso atual:** Secretaria Estadual de Agricultura.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** público. Estado do Rio Grande do Sul.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** por estar localizada no centro antigo, também conhecido como cidade baixa, a edificação conta com um entorno construído na mesma época e que ainda pode se considerar homogêneo, pois resistiu ao tempo e estão mantidas as características originais dos edifícios.

O terreno em questão é bastante amplo e tem frente para três vias o que proporciona um ponto focal bastante privilegiado na cidade. Com o deslocamento da Prefeitura Municipal para a Av. Rio Branco esta porção da cidade se configurou como uma zona residencial descuidada. Porém com o crescimento do miolo central,

a zona voltou a ser ocupada por atividades comerciais que tem feito com que o local esteja novamente incorporado ao centro.

j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** foi construída para servir de Escritório da Comissão de Terras e Colonização. Porém devido aos tramites burocráticos que retardaram o início da construção da sede oficial, as autoridades definiram que a edificação passaria a funcionar também como sede da colônia.

A edificação é uma construção típica de imigração italiana. Possui dois pavimentos que correspondem ao porão e ao térreo. Porém diferente das casas italianas, não possui sótão, apesar de apresentar boa altura embaixo do telhado. O porão ocupa parte do subsolo e situa-se isoladamente, tendo acesso externo. O aproveitamento deste espaço foi feito no sentido longitudinal. O perfil natural do terreno está inclinado no sentido frente/fundos do edifício. Desta forma, enquanto uma das paredes longitudinais fica toda aparente, a outra praticamente esconde-se abaixo do subsolo. Erguido com alvenaria de pedras, o porão possui grandes aberturas que servem de acesso e proporcionam boa ventilação.

No pavimento térreo, as paredes são em madeira e o acesso se dá por uma porta ampla, de duas folhas, que conduz a uma sala central. Possui um pé-direito de praticamente 4 metros. Apresenta simetria e as alas laterais recebem destaque com a configuração das varandas. O edifício conta com vãos de esquadrias altas. O acesso é marcado por uma cobertura independente do telhado e mais baixa.

k) **Documentação Fotográfica:**



Figura 14: Edificação da Comissão de Terras e Colonização, 2009. Fonte: A autora, 2009.



Figura 15: Acesso Principal da Comissão de Terras e Colonização.  
Fonte: A autora, 2009.



Figura 16: Vista da varanda lateral do edifício da Comissão de Terras e Colonização.. Abaixo é possível visualizar as portas de acesso ao porão. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** em praticamente toda edificação foi utilizada a madeira. As peças estruturais como vigas, barrotes e pilares, bem como as paredes de vedação, tesouras, pisos, forros e esquadrias foram feitas em madeira.

As esquadrias são madeira com vidro, abertura tipo guilhotina com uma bandeira fixa superior e com venezianas de abrir para fora. O porão é feito em alvenaria de pedras. As tábuas das paredes possuem comprimento que vence a altura do térreo a cobertura e largura de cerca de 15 cm. A madeira também foi empregada na escassa ornamentação, como os balaustres dos balcões e nos lambrequins rendilhados de madeira que arrematam os beirais com delicados recortes.

O telhado é configurado em quatro águas, sendo que as águas que caem nas fachadas laterais são menores. O telhado que cai no sentido cumeeira-fachada posterior apresenta duas inclinações. O material utilizado é telha de fibrocimento. Possui beiral em todo o contorno. Percebe-se inserções posteriores como os equipamentos de climatização e as grades nas janelas.

**m) Análise do Estado de Conservação:** A edificação se apresenta em estado regular. Identificam-se problemas de manutenção nos telhados e lambrequins. A pintura das paredes de madeira está desgastada principalmente na fachada dos fundos (que é a única que não tem frente para os logradouros).

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 5.2 Antiga Estação Férrea de Santa Rosa

- a) **Identificação do Imóvel:** Antiga Estação Férrea
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Av. Expedicionário Weber– localizada dentro do Parcão.



Figura 17: Localização do edifício da Antiga Estação Férrea no entorno.  
Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1940
- e) **Uso original:** Estação Férrea de Santa Rosa
- f) **Uso atual:** Museu Municipal.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** público. Extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA.
- h) **Situação de Ocupação:** cedido.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** a antiga estação ferroviária localiza-se no atual centro urbano. Foi implantada em uma faixa plana de terra, e estava ligada diretamente a Estação Cruzeiro. A sua construção gerou o desenvolvimento da zona com a ampliação do comércio e motivou a mudança de endereço da Prefeitura Municipal da cidade baixa para o novo centro.

Com a desativação dos serviços ferroviários na cidade, no ano 2000, por iniciativa do poder público Municipal a área foi ocupada e implantado um grande parque ao seu redor. Hoje a área está sofrendo processo de permuta entre a Prefeitura e a União Federal, a fim de tornar legal a ocupação que já existe há praticamente 10 anos. A edificação está totalmente inserida na paisagem urbana e integrada a população.

**j) Histórico/ Descrição da Edificação:** o ramal ferroviário que ligava Santa Rosa ao município de Santo Ângelo foi inaugurado em 12 de maio de 1940, fazendo com isso a conexão com a capital, Porto Alegre. A construção da ferrovia esteve a cargo da firma Dahne & Conceição Cia e a direção dos trabalhos esteve sob a chefia do engenheiro Vasco de Mello Feijó.

O edifício de planta retangular, térreo, está sobre um pódio, ordenado a partir de um eixo longitudinal paralelo à então estrada de ferro. A cobertura de quatro águas em barro apresenta beiral em zinco com mudança de inclinação, que avança sobre a plataforma de embarque e desembarque, e a circulação contígua à fachada frontal. Sobre a plataforma estão dispostas mãos francesas de ferro, em razão do balanço sobre a área de embarque/desembarque.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 18: Edifício da Estação Férrea abandonado, na década de 90.  
Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2010.



Figura 19: Edifício da Estação Férrea funcionando como Museu Municipal, 2009.  
Fonte: A autora, 2009.

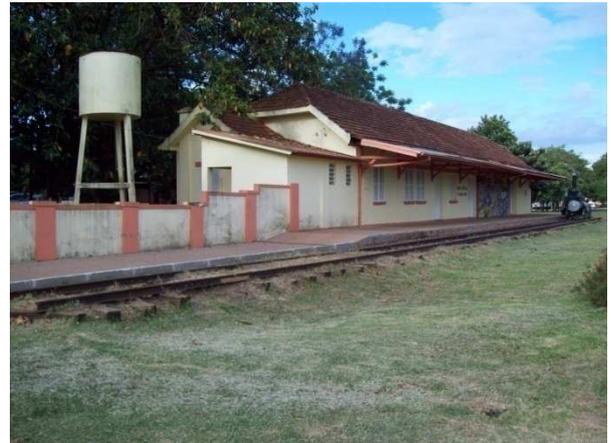


Figura 20: Edifício da Estação Férrea funcionando como Museu Municipal, 2009.  
Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** o edifício foi construído em alvenaria de tijolos maciços. O telhado em quatro águas possui as águas voltadas para as fachadas laterais em menor tamanho e mesma inclinação o que resulta que maior altura em relação ao beiral. A cobertura é em telhas de barro e a estrutura que a sustenta é em madeira. As esquadrias são em madeira e vidro e o sistema de abertura é para fora. As janelas também possuem venezianas.

**m) Análise do Estado de Conservação:** A edificação se apresenta em bom estado. Não apresenta risco de desaparecimento, pois possui integração a paisagem urbana e trata-se de um espaço público.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

### 5.3 Antigo Palácio Municipal

- a) **Identificação do Imóvel: Antigo Palácio Municipal**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Praça da Bandeira esquina c/ Av. Rio Branco. Lote 03 Quadra 073, com frente para a Praça da Bandeira.

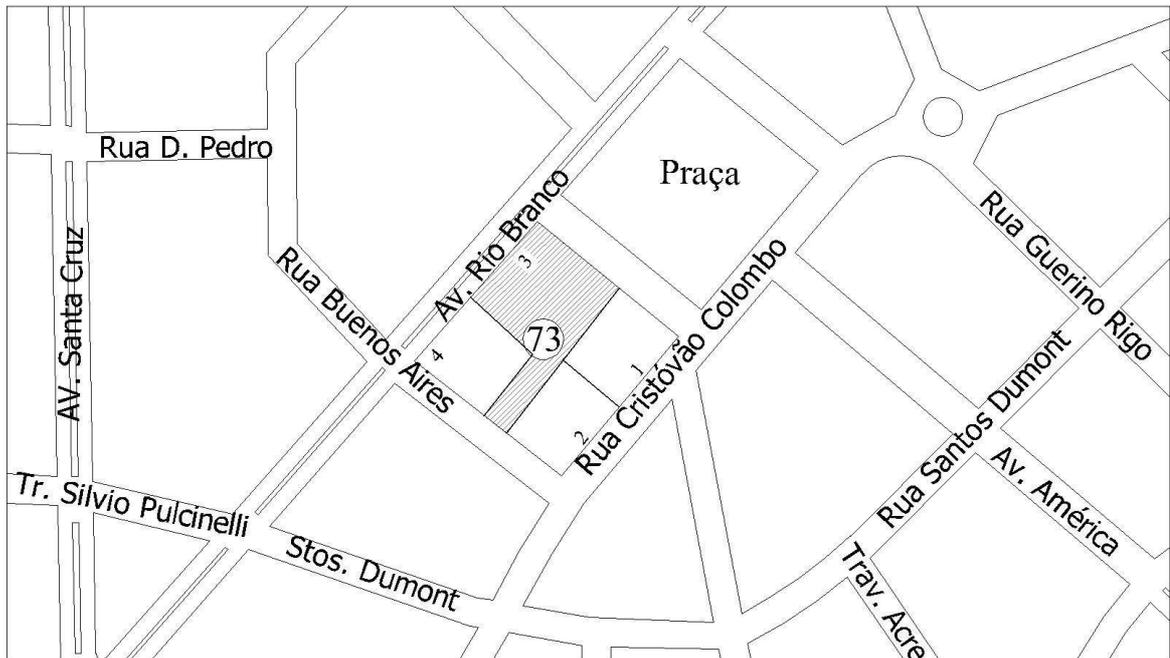


Figura 21: Localização do edifício da Antiga Prefeitura no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1941 - Construtora Medaglia, de Santo Ângelo. Engenheiros José Carlos Medaglia e Paulo de Tarso. Inaugurada em 18 de maio de 1946.
- e) **Uso original:** prefeitura e demais repartições públicas.
- f) **Uso atual:** nenhum. Edifício encontra-se abandonado;
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** pública. Município de Santa Rosa
- h) **Situação de Ocupação:** próprio
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiente:** homogêneo, porém é destaque em relação aos imóveis vizinhos pela sua escala. Edifício de esquina, construído no alinhamento da Av. Rio Branco, e levemente recuado em relação a testada da Rua Praça da Bandeira. A presença da Praça na frente do edifício amplia a grandiosidade da edificação, pois permite que seja vista de longe. Porém, as

árvores localizadas em frente a fachada principal escondem e sombreiam demasiadamente o edifício.

**j) Histórico/ Descrição da Edificação:** com uma área de 2.437, 88 m<sup>2</sup> o edifício de dois pavimentos, era configurado, originalmente, com planta em “U”, com um pátio central. Possuía grandes espaços, de tal forma que ali pudessem ser abrigadas todas as repartições municipais, estaduais e federais existentes no município. No edifício também funcionavam o Fórum, o Cartório de Registro Civil, a Delegacia de Polícia, o IBGE, a Secretaria de Agricultura. A Câmara Municipal de Vereadores, a sala do Júri, a sala dos Juízes e, posteriormente, a Escola Machado de Assis. A Biblioteca Pública Olavo Bilac também passou a funcionar nas dependências da Prefeitura Municipal.

Trata-se de um volume simétrico, com o acesso marcado no centro da fachada principal. Possui uma escala imponente. Formado por grandes massas de concreto que formam a estrutura e servem de proteção para as esquadrias que estão recuadas em relação a fachada principal. As alas laterais eram simétricas e não recebiam o mesmo apuro na composição encontrado na frente da edificação. Possui uma grande escadaria que liga os pavimentos e está diretamente ligada ao acesso.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 22: Fachada Frontal da antiga Prefeitura nos tempos da inauguração (sem data). Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2010.

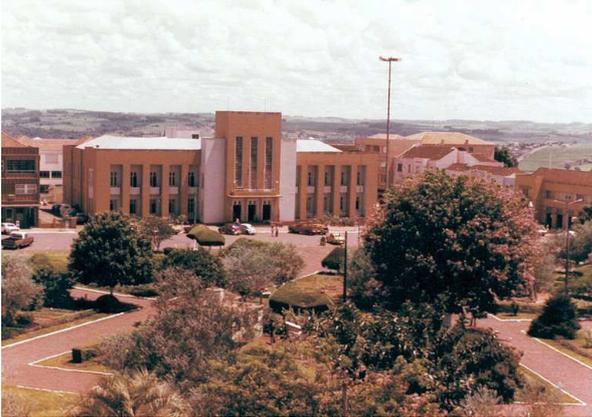


Figura 23: Antiga Prefeitura e Praça da Bandeira, anos 80. Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2009.



Figura 24: Antiga Prefeitura nos festejos natalinos, anos 80. Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2009.



Figura 25: Perspectiva do edifício da Antiga Prefeitura a partir da esquina, sem data. Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2009.



Figura 26: Vista do pátio central da Antiga Prefeitura. Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** o edifício foi todo edificado em alvenaria de tijolos maciços, possuindo entre-piso de concreto. Telhado com platibanda e com estrutura de madeira. Cada um dos braços da edificação comportava um telhado com quatro águas, com cobertura de telhas de chapas metálicas onduladas.

As vergas de janelas e portas são retas. As janelas são em madeira e possuem vidro com abertura em guilhotina e venezianas de abrir para fora. As portas principais de acesso ao edifício possuem uma bandeira fixa superior em vidro e duas folhas também em vidro, de abrir para dentro. Contam ainda com elementos de ferro que servem de ornamentação.

A edificação possui acabamento em tinta acrílica nas cores laranja, verde e azul. As esquadrias são pintadas de cinza.

**m) Análise do Estado de Conservação:** Em 1998, o edifício da Prefeitura encontrava-se bastante deteriorado. Diante da constatação do risco de

desmoronamento, teve que ser interditado. O então Prefeito Julio Brum de Oliveira transferiu os serviços públicos para outro local. Com a desocupação acelerou-se o processo de degradação.

A situação era motivo de descontentamento da população que não entendia como tamanho descaso do poder público pudesse acontecer com a sua Prefeitura, orgulho de outras épocas. Após longas polêmicas envolvendo setores da sociedade civil, em 19 de abril de 2001, o Prefeito Municipal Alcides Vicini decretou o tombamento do prédio, conforme Art.90 &1º da Lei complementar nº. 04 de 30/12/1994, passando o mesmo a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do município, nos termos dos artigos 129, 215, 216 da Constituição Federal. Os braços laterais ficaram comprometidos e foram demolidos. O volume da frente sofreu estabilização e reforço da estrutura.

A edificação se apresenta em estado deteriorado, necessitando de intervenção urgente. A pintura está desgastada pelo tempo, as esquadrias estão em deterioração com os vidros quebrados. Passados mais de dez anos, o prédio continua completamente abandonado.

A atual administração municipal declara que a revitalização do edifício é prioridade nas ações governamentais, e que a busca de recursos (estimado em R\$ 5 milhões) tem sido feita de forma incessante.



Figura 27: Fachada Principal da Antiga Prefeitura. Edifício interditado. Fonte: A autora, 2010.



Figura 28: Antiga Prefeitura: vista a partir da Av. Rio Branco. Alas laterais já demolidas. Fonte: A autora, 2010.

**n) Proteção Legal Existente:** é o único edifício tombado em nível municipal. Porém, mesmo protegido, a parte livre no terreno segue sendo alvo da especulação imobiliária.

## 5.4 Biblioteca Pública Municipal

- a) **Identificação do Imóvel: Biblioteca Pública Municipal**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Rua Buenos Aires, 938 esquina c/ Rua Cristovão Colombo. Lote 02 Quadra 73

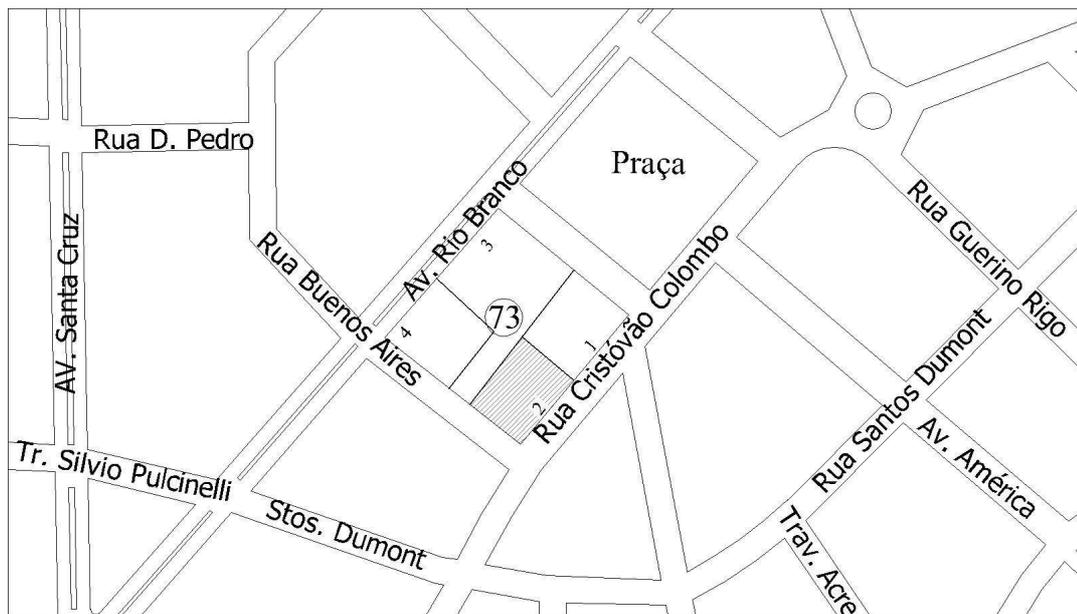


Figura 29: Localização do edifício da Biblioteca Municipal no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** início da construção- novembro de 1944. Construtora Medaglia S.A.
- e) **Uso original:** agência bancária.
- f) **Uso atual:** biblioteca municipal.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** pública. Município de Santa Rosa.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** edificação construída no alinhamento das duas vias. Entorno heterogêneo, pois embora esteja localizada no novo centro, a sua volta estão edificações construídas posteriormente.

**j) Histórico/ Descrição da Edificação:** a edificação foi construída para abrigar a nova sede do Banrisul. Em 1944 foi construído o pavimento térreo com as dimensões de 16,40m x 15,05. Quatro anos mais tarde, em 1948, foi edificado o segundo pavimento. O edifício passou então a ocupar uma área de 394,76 m<sup>2</sup>.

Através de uma permuta, a Prefeitura Municipal, negociou um terreno com o Banco do Estado, trocando o prédio, pelo terreno que fica ao lado, objetivando a construção de uma nova e moderna agência. A agência Bancária funcionou neste endereço até o ano de 1972, quando foi inaugurado o prédio para suas novas instalações. A partir de então a edificação foi ocupado pela Secretaria de Educação, Biblioteca Pública e Câmara Municipal de Vereadores. Com a alteração de endereço da Câmara, o edifício voltou a ser ocupado pela Biblioteca Municipal Olavo Bilac no térreo e na parte superior funciona a Secretaria de Esporte e Lazer.

A esquina é marcada por uma ligeira saliência em relação as paredes paralelas. As esquadrias estão distribuídas em ritmo e alinhadas. Há também uma diferença de reboco que emoldura as esquadrias e elementos circulares que servem de ornamentação.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 30: Biblioteca Municipal: fachada com frente para a Rua Cristovão Colombo. Fonte: A autora, 2009.



Figura 31: Biblioteca Municipal: fachada com frente para a Rua Buenos Aires. Fonte: A autora, 2009.



Figura 32: Perspectiva do edifício da Biblioteca Municipal. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** o edifício foi construído com estrutura autoportante. Telhado de barro protegido por platibanda, com caimento em quatro águas. No volume térreo o telhado é configurado da mesma forma.

As esquadrias são de madeira e vidro. No térreo o tipo de abertura é guilhotina. No pavimento superior, além dos vidros com abertura em guilhotina as esquadrias possuem também venezianas de abrir para fora.

O acesso é marcado por uma pequena laje que divide uma bandeira fixa da porta em duas folhas. O acabamento das paredes externas é feito com tinta nas cores branca, amarela e laranja.

**m) Análise do Estado de Conservação:** A edificação encontra-se em bom estado.

**n) Proteção Legal Existente:** nenhuma.



**j) Histórico/ Descrição da Edificação:** a construção foi iniciada em 1935 e tinha como função servir de clube de recreação aos nacionais que residiam na cidade. Inicialmente abrigava também uma biblioteca, a sede de um grupo de teatro, e departamentos ligados a Cultura Filosófica e Científica, Cívica e Literária, Artística e Física. Teve suas instalações ampliadas em 1946 e 1968.

A fachada modernista foi executada na reforma da década de 1940 e confere ao edifício uma linguagem simplificada. As paredes laterais e os pilares centrais possibilitam uma linguagem clara e arrojada em relação aos demais prédios construídos na mesma época na cidade.

A grande escadaria central valoriza a composição e a conseqüente elevação do edifício agrega valor estético ao edifício. A porta de acesso é deslocada em relação a escada, valorizando ainda mais as paredes cegas características do edifício.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 34: Fachada do Clube Cultural a partir da esquina. Fonte: A autora, 2010.



Figura 35: Fachada Frontal do Clube Cultural. Fonte: A autora, 2010.

**l) Elementos Construtivos:** o edifício é estruturado com pilares e vigas, contando com laje de cobertura na parte da frente (acesso). As paredes de vedação são em tijolos maciços. No restante do edifício a cobertura é estruturada nas vigas e vence um grande vão. O telhado é escondido com uma platibanda e o caimento é em duas águas, com telhas de zinco.

O revestimento das fachadas é feito com tinta acrílica. No ano de 2008 a edificação recebeu nova pintura com cores contrastantes que não dialogam com a linguagem moderna.

**m) Análise do Estado de Conservação:** A edificação se apresenta em bom estado.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.



Figura 36: Fachada do Clube Cultural. Fonte: A autora, 2010.

## 5.6 Edifício Engel

- a) **Identificação do Imóvel: Edifício Engel**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Av. Rio Branco, 169 esquina com a Rua Almirante Cabral. Lote 15 e 16 Quadra 63

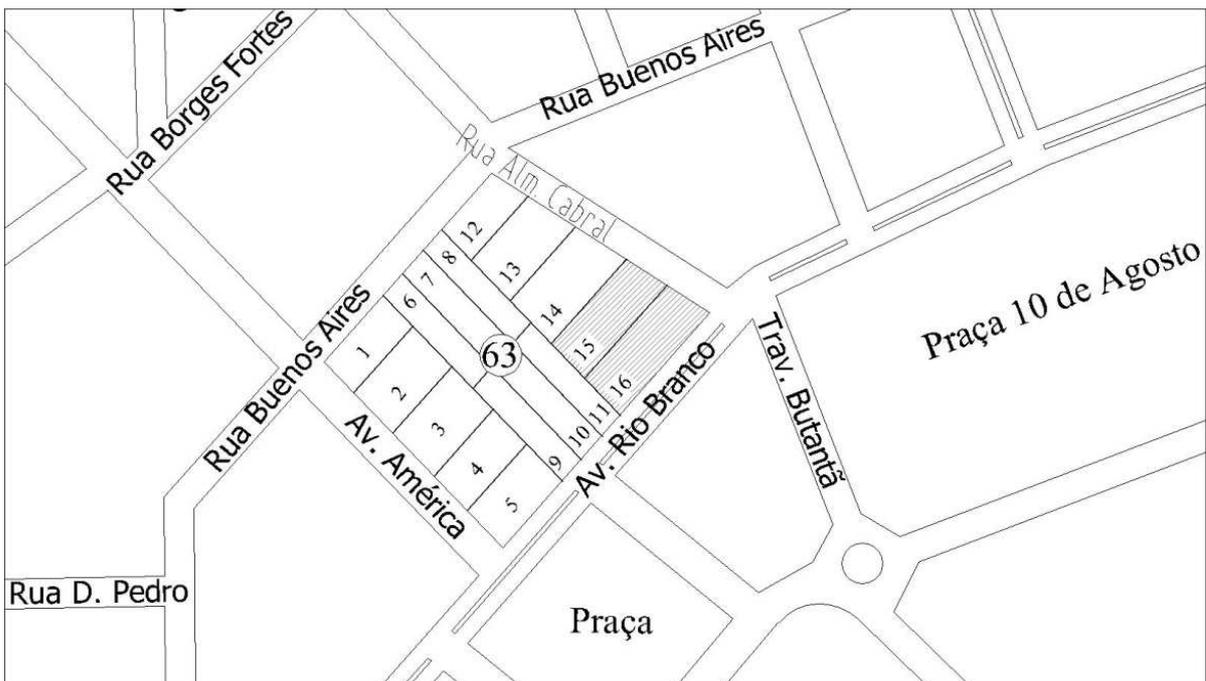


Figura 37: Localização do edifício Engel no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1941 com responsabilidade técnica de Altamiro Cardoso.
- e) **Uso original:** residência
- f) **Uso atual:** comercial/ restaurante e lojas.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** privado.
- h) **Situação de Ocupação:** alugado.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** construído no alinhamento das vias. Por estar localizado em uma esquina, ganha força pela perspectiva ampla de visualização.
- j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** volume prismático de dois pavimentos com área total de 945,00 m<sup>2</sup>. Marcado pelo ângulo arredondado na esquina, possui elementos art-decô (estilo vigente no Brasil nos anos 40). Nesse edifício, a marca do

geometrismo é suavizada pelo frontão da esquina. É formado por estrias que marcam o eixo central. No centro desta composição está inserida uma porta de duas folhas, com bandeira. Na esquina, aparece em destaque um balcão, que apresentava guarda-corpo vazado em tubos de ferro. As mesmas estrias que compõe o frontão central se repetem como elemento de composição dos pilares.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 38: Perspectiva do edifício Engel a partir da esquina, 1960.  
Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2010.



Figura 39: Fachada do Edifício Engel voltada para a Av. Rio Branco. Fonte: A autora, 2009.



Figura 40: Fachada do Edifício Engel voltada para a Rua Almirante Tamandaré. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** a edificação conta com estrutura independente, com pilares e vigas. As paredes são em tijolos maciços e servem somente de

vedação. O telhado é em quatro águas com telhas de barro com estrutura em madeira. O acabamento do telhado em relação as paredes externas é com calha e platibanda.

Parte da fachada está descascada e o restante possui acabamento em pintura. Cada trecho possui uma cor de acordo com as salas comerciais que ocupam o edifício.

As esquadrias eram em madeira com venezianas de abrir para fora no segundo pavimento e portas em duas folhas configuravam os vãos do térreo. Atualmente as esquadrias do térreo foram totalmente substituídas por vitrines em vidro temperado.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação está em péssimo estado de conservação. A edificação encontra-se completamente descaracterizada pois foi dividida em várias salas e cada uma delas possui uma configuração de fachada. Percebe-se também alteração nos tamanhos e disposição dos vãos das esquadrias. Novos elementos foram inseridos como toldos e totens.



Figura 41: Estado atual do Edifício Engel, 2010. Fonte: A autora, 2010.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 5.7 Edifício Lithon Lanes Pilau

- a) **Identificação do Imóvel: Edifício Lithon Lanes Pilau**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Travessa Butantã, 36 esquina com a Rua Cristovão Colombo. Na rótula do Taffarel. Lote 07 Quadra 74

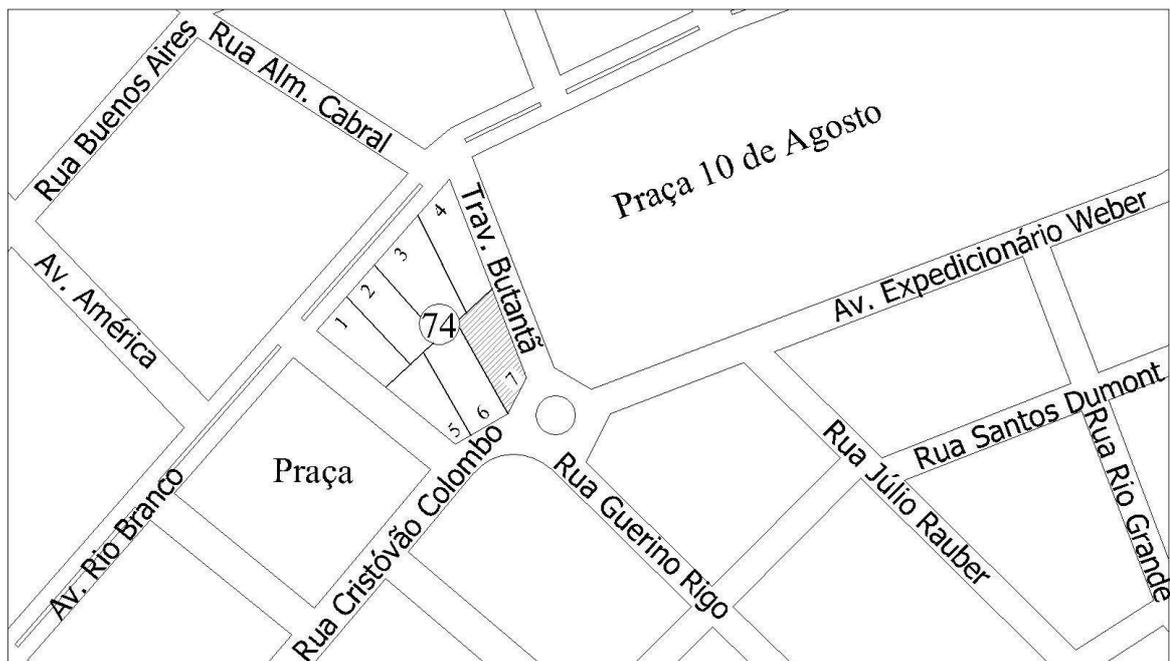


Figura 42: Localização do Edifício Lithon Lanes Pilau no entorno.  
Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1945 (térreo), 1952 (segundo pavimento) e 1957 (terceiro pavimento) com responsabilidade técnica de Augusto Goettel
- e) **Uso original:** comercial no pavimento térreo e no segundo pavimento. Residencial no terceiro pavimento.
- f) **Uso atual:** comercial/ restaurante e lojas no pavimento térreo e no segundo pavimento. Residencial no terceiro pavimento.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** privado.
- h) **Situação de Ocupação:** Alugado/Próprio.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** construído no alinhamento das vias. Localizado em um importante ponto focal, é um referencial urbano de localização. Funciona como uma galeria urbana aberta, pois projeta-se sobre o passeio.

**j) Histórico/ Descrição da Edificação:** Edifício em barra que ocupa o limite do terreno, com os pavimentos levemente curvados, acompanhando a via pública. A edificação foi construída em várias etapas. Inicialmente foi construído para abrigar um supermercado. Em 1952 foi construído o segundo pavimento com finalidade comercial. O terceiro pavimento foi construído 5 anos mais tarde. Configura-se como um volume prismático de três andares.

A volumetria torna a composição horizontal. O corpo é marcado por linhas verticais associado aos panos de vidro no segundo pavimento, valorizando os pilares arredondados que buscam alongar um pouco a sua volumetria.

Há uma clara distinção em relação ao coroamento do edifício. Somente neste pavimento, podem-se perceber os panos de alvenaria intercalados pelas esquadrias distribuídas aleatoriamente em relação ao ritmo da estrutura inferior. Nos demais pavimentos, a disposição dos vidros e o plano recuado do térreo fazem os vazios se sobressair em relação aos cheios.

O letreiro ocupa lugar de destaque no coroamento da edificação. Não há marcação de acesso aos pavimentos superiores do edifício.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 43: Perspectiva do edifício Lithon Lanes Pilau a partir da esquina em diagonal na década de sem data definida. Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2009.



Figura 44: Edifício Lithon Lanes Pilau, vista a partir da Rótula do Taffarel. Fonte: A autora, 2010.



Figura 45: Edifício Lithon Lanes Pilau, projeção dos pavimentos superiores sobre o passeio. Fonte: A autora, 2010.

**j) Elementos Construtivos:** edifício estruturado com pilares e vigas de concreto e fechamento em tijolos maciços. Com platibanda, telhado em três águas, em fibrocimento.

As vergas de janelas e portas são retas porém dispostas desordenadamente, possuindo vergas com alturas diferentes em um mesmo pavimento. As esquadrias dos três pavimentos são em ferro, com variados tipos de abertura: basculantes, fixas, de correr, de abrir. No pavimento residencial (terceiro pavimento) existem algumas persianas de ferro para controle da iluminação dos ambientes internos. As lojas comerciais instaladas no térreo, identificadas cada qual com sua cor e letreiros personalizados, desvalorizam o conjunto do edifício.

Possui acabamento em pintura e pastilhas cerâmicas de variadas cores.

**k) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em estado regular de conservação.



Figura 46: Situação atual do edifício Lithon Lanes Pilau. Fonte: A autora, 2010.

- 1) **Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 5.8 Edifício Lunardi

- a) **Identificação do Imóvel: Edifício Lunardi**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Av. Rio Branco, 295 esquina com a Av. América. Lote 05 Quadra 63

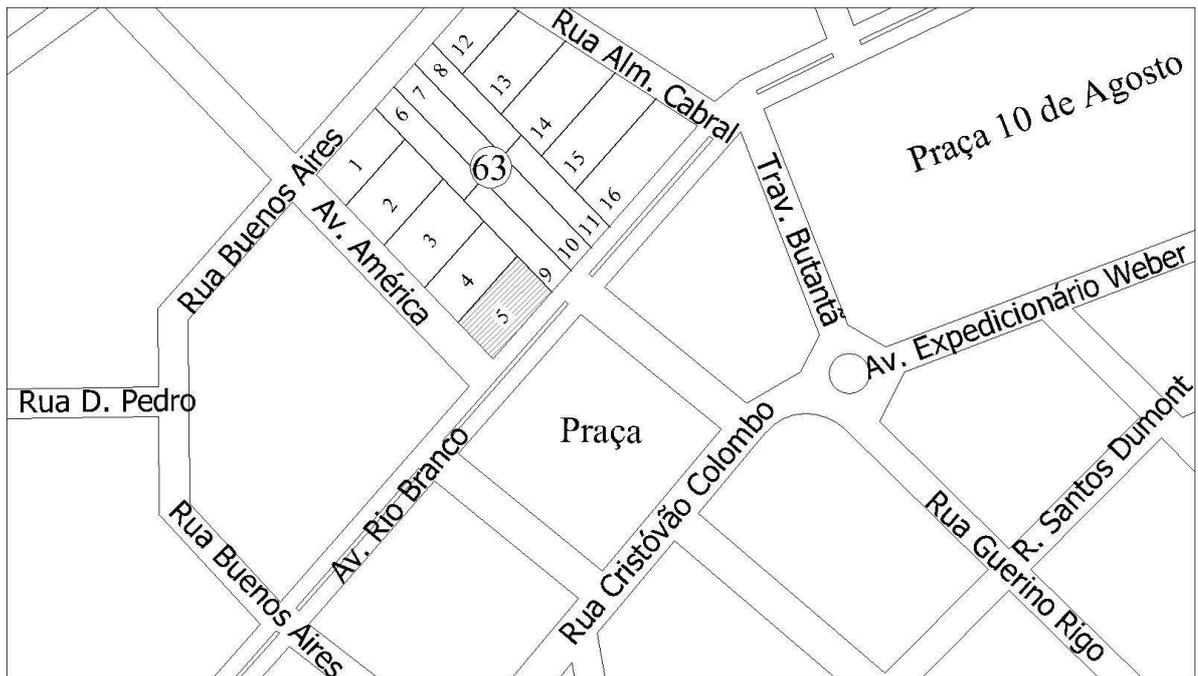


Figura 47: Localização do Edifício Lunardi no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1947. Construtora Medaglia
- e) **Uso original:** comércio no térreo e Residencial no segundo Pavimento.
- f) **Uso atual:** comércio no térreo- dividido em várias salas e comercial no segundo Pavimento.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** privado.
- h) **Situação de Ocupação:** alugado
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** situado no centro da cidade, na esquina da Av. Rio Branco com a Av. América, com frente para a Praça da Bandeira, o edifício dialoga com seus vizinhos construídos na mesma década, proporcionando um entorno homogêneo. Devido a largura das vias e a presença da Praça, o edifício está inserido em boa visibilidade urbana que perde a força pelo uso da publicidade nas diversas lojas comerciais.

**j) Histórico/ Descrição da Edificação:** o edifício constitui-se de dois pavimentos totalizando 630,00 m. O térreo de uso comercial era originalmente ocupado por uma única loja e o pavimento superior, de uso residencial com dois apartamentos. Os apartamentos contêm dependências de boas dimensões, algumas servidas por sacadas. Externamente observa-se uma composição equilibrada de vocabulário Art Decó, recorrente neste momento em várias cidades brasileiras: sacadas curvas, aberturas circulares, ornamento lineares adossados, o uso de platibanda e marquise.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 48: Perspectiva do edifício Lunardi a partir da Praça da Bandeira. Fonte: A autora, 2010.



Figura 49: Fachada do Edifício Lunardi voltada para a Av. América. Fonte: A autora, 2010.

**l) Elementos Construtivos:** prédio estruturado com pilares e vigas com fechamento em alvenaria de tijolos maciços.

As esquadrias são de ferro. No térreo grande parte das janelas foi substituída por vitrines em vidro temperado, mantendo os vãos originais. No segundo pavimento as esquadrias são em ferro com persianas de enrolar. O telhado é de barro com inclinação em três águas. O acabamento do telhado em relação as paredes externas é com platibanda.

O edifício possui acabamento em pintura acrílica e atualmente diversos elementos foram agregados ao seu corpo, como totens metálicos, toldos e letreiros.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em bom estado.



Figura 50: Situação atual do Edifício Lunardi. Fonte: A autora, 2010.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 5.9 ACISAP

- a) **Identificação do Imóvel:** Associação Comercial e Industrial de Santa Rosa-ACISAP
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Rua Dr. João Dahne, 328 esquina com a Avenida Borges de Medeiros. Lote 08 Quadra 06



Figura 51: Localização do edifício da ACISAP no entorno.  
Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** início da construção- 1947 sob a responsabilidade técnica de João de Mello Rezenda. Inaugurado em 16 de outubro de 1949.
- e) **Uso original:** Associação Comercial.
- f) **Uso atual:** Associação Comercial, Sede do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e SEBRAE;
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** privada.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** localizado em uma importante esquina da cidade baixa, mantém recuo na fachada voltada para a Av. Borges de Medeiros e mantém-se no alinhamento da Rua Dr. João Dahne.

j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** edifício de dois pavimentos, possui 633,60 m<sup>2</sup>. O acesso é marcado pela reentrância na fachada, localizada abaixo da sacada do segundo pavimento. Uma série de ornamentos podem ser percebidos no edifício como as mísulas que sustentam o balcão do segundo pavimento. Destacam-se aplicações em reboco sobre a fachada principal e as molduras em torno das janelas. No ano de 1990 passou por reformas que podem ser observadas pela inserção de esquadrias em vidro temperado.

k) **Documentação Fotográfica:**



Figura 52: Fachada Principal ACISAP.  
Fonte: A autora, 2009



Figura 53: Frontão principal- Edifício da ACISAP. Fonte: A autora, 2009.



Figura 54: Detalhes na fachada principal da ACISAP. Fonte: A autora, 2009.



Figura 55: Porta de acesso no Alinhamento- Edifício ACISAP. Fonte: A autora, 2009

**l) Elementos Construtivos:** o edifício é construído com estrutura autoportante.

Apresenta beiral em praticamente todas as faces, com exceção do frontão em destaque. O telhado apresenta caimento em quatro águas e o material utilizado é o fibrocimento.

As esquadrias são em madeira e possuem gradis desenhados que colaboram na composição do edifício. As vergas das janelas são retas e duas portas localizadas na fachada principal, junto ao alinhamento possuem bandeira fixa em arco.

A edificação possui acabamento em pintura acrílica.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em ótimo estado de conservação.



Figura 56: Perspectiva a partir da esquina. Fonte: A autora, 2009.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 5.10 Sociedade Esportiva e Recreativa Concórdia

- a) **Identificação do Imóvel: Sociedade Esportiva e Recreativa Concórdia**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Av. Rio Branco, 706 esquina com a Rua Santos Dumont –Lote 01 Quadra 71-A.

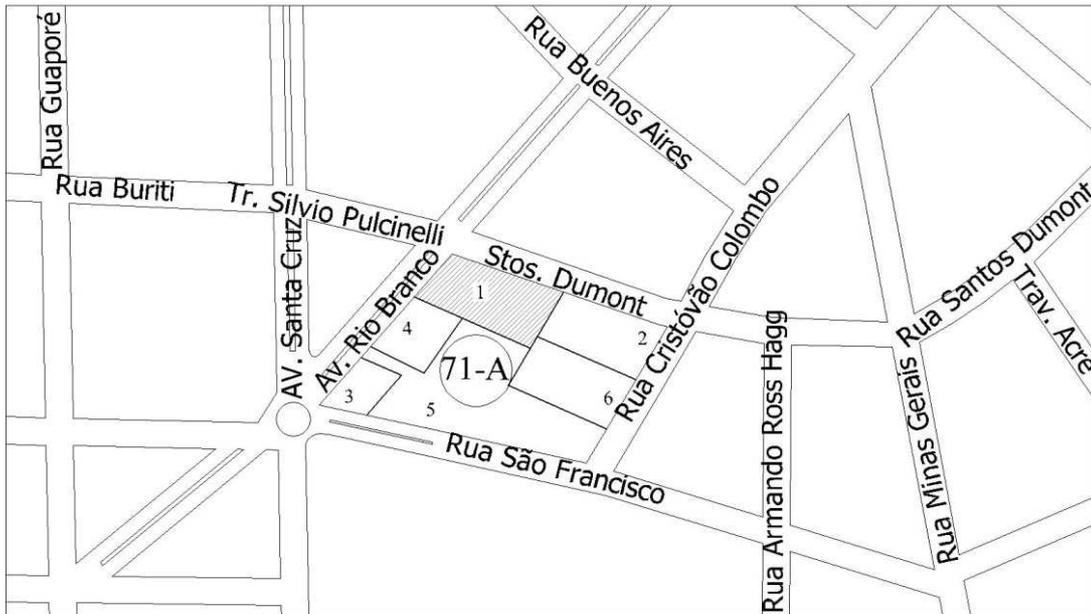


Figura 57: Localização do Clube Concórdia no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** início da construção: junho de 1950. Construtora Medaglia.
- e) **Uso original:** clube de recreação
- f) **Uso atual:** clube de recreação
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** privado. Sociedade Esportiva e Recreativa Concórdia
- h) **Situação de Ocupação:** próprio
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** apesar de contar com edificação vizinhas construídas na mesma década, o edifício é distinto das demais, podendo-se considerar o entorno heterogêneo. Edifício de esquina. Recuado em relação a Av. Rio Branco e Rua Santos Dumont. É um referencial urbano, por sua arquitetura diferenciada, pela localização privilegiada e pelo amplo ponto de vista do edifício.

**j) Histórico/ Descrição da Edificação:** a sede nova do clube foi construída onde localizava-se um antigo cemitério abandonado. O terreno foi doado pelo empresário Vergílio Lunardi, então presidente do Clube. Conta com uma área de 1.520 m<sup>2</sup>, com dois pavimentos.

A edificação foi concebida para funcionar como um clube, que abrigaria no térreo os espaços para atividades múltiplas como salão de bolão, sala de jogos, sala de estar, restaurante e apoios, secretaria e chapelaria. O pavimento superior é configurado por um grande salão de baile com instalações para copa e bar. Com o passar dos anos o prédio passou por várias reformas. Em maio de 1969 as dependências internas foram aumentadas em 505,68 m<sup>2</sup>, o engenheiro responsável foi o Dr. Heinz Walter Frank.

Configura-se como um volume assimétrico e imponente. Possui acesso elevado em relação ao nível da esquina, de forma que sua entrada principal torna-se valorizada. O edifício de duas plantas e volume horizontal possui traços da arquitetura neocolonial. Embora tenha sido construído em dois momentos, o edifício apresenta uma composição harmônica.

Destacam-se as arcadas que marcam os acessos e a esquina e o ritmo das esquadrias em cada um dos volumes. O edifício possui ornamentos como os balaustres, os balcões e mísulas que apóiam a cobertura. A caixa de escada é marcada por um volume chanfrado que ganha importância com a elevação da sua altura e telhado próprio perante o conjunto. As janelas altas e o pé-direito privilegiado configuram caráter monumental a edificação.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 58: Perspectiva do Clube Concórdia a partir da esquina diagonal, sem data.  
Fonte: Acervo do Museu Municipal, 2009.



Figura 59: Acesso Principal do Clube Concórdia. Fonte: A autora, 2009.



Figura 60: Vista do acesso ao Clube Concórdia a partir da Travessa Silvio Pulcinelli. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** o edifício possui estrutura independente com pilares e vigas de concreto com fechamento em tijolos maciços.

As vergas das janelas e portas são retas apresentando arcadas como marcação do acesso principal. O telhado possui beiral e possui desenho em quatro águas em cada um dos volumes. O material utilizado na cobertura foi o fibrocimento.

As esquadrias do pavimento térreo são em madeira com vidros. O tipo de abertura é em guilhotina. No segundo pavimento as esquadrias das áreas de serviço como copa e banheiros possuem aberturas do tipo pivotante e basculante. No salão de baile as esquadrias também são em madeira com vidros e com abertura para dentro. Na área contígua a sacada existem grande portas de madeira e vidro e são do tipo de abrir. No volume da escada as janelas são de ferro com abertura basculante.

A edificação possui acabamento em tinta acrílica na cor rosa. As esquadrias são pintadas de branco.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em estado regular, necessitando reparos.



Figura 61: Situação da edificação do Clube Concórdia. Fonte: A autora, 2009.

**n) Proteção Legal Existente/ Proteção Proposta:** nenhuma. No início do ano de 2009, a sociedade entrou em crise financeira e esteve prestes a leiloar o edifício. Muitos empresários locais interessados pretendiam demolir o bem e construir novos empreendimentos no local, pois se trata de uma das esquinas mais cobiçadas da cidade. A comunidade se uniu e um novo grupo passou a comandar a associação. Momentaneamente, o edifício não sofre risco de desaparecimento. Porém não há nenhum instrumento legal que impeça tal fato.

### 5.11 Prédio dos Correios e Telégrafos

- a) **Identificação do Imóvel: Correios e Telégrafos**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Av. Rio Branco, 740 – Área urbana. Lote 04 Quadra 71-A

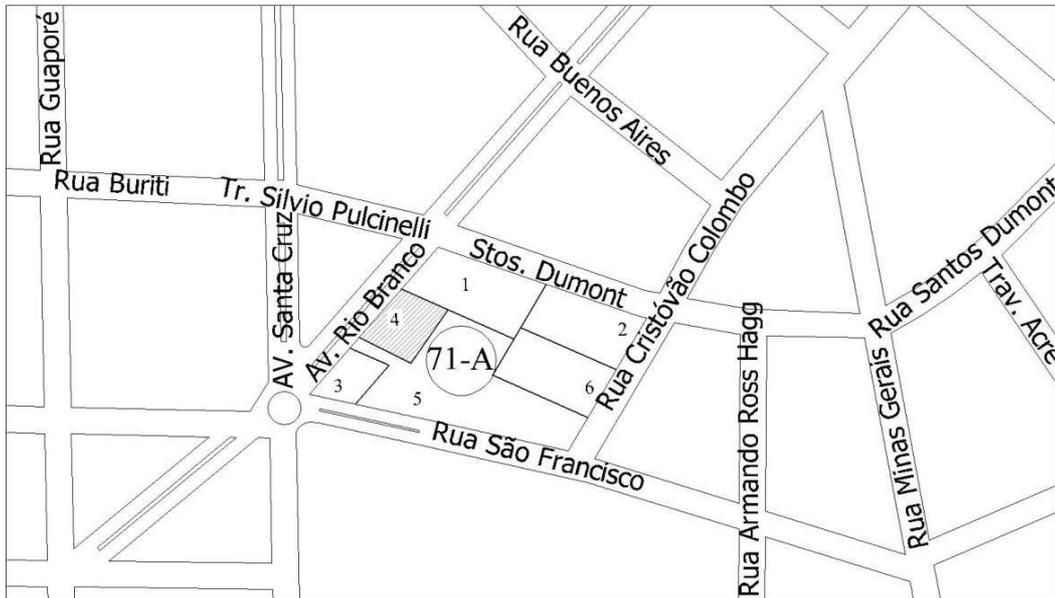


Figura 62: Localização do Prédio dos Correios e Telégrafos no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1952. Responsabilidade Técnica esteve a cargo da Seção de Engenheiros Civis da Regional dos Correios e Telégrafos.
- e) **Uso original:** agência do correio (térreo) e residência (2 pavimento)
- f) **Uso atual:** agência do correio (térreo) e residência (2 pavimento)
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** pública. União da República Federativa do Brasil.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** assim como a Antiga prefeitura, o prédio dos Correios e Telégrafos foi construído na mesma época das edificações vizinhas, porém destaca-se por apresentar escala diferenciada em relação aos demais que são residenciais. Edificação recuada em relação a Av. Rio Branco. É um referencial urbano pelo seu uso.
- j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** no ano de 1944 o prefeito municipal de Santa Rosa, Euclides Fernandes Costa inicia tratativas com o Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, em Santa Maria, para a construção de um edifício para instalação mais adequada e condigna do Correio e Telégrafo, em Santa Rosa.

O Prefeito Municipal dirige ao Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas um telegrama solicitando a construção, oferecendo a doação de um terreno próximo ao edifício da Prefeitura Municipal e das pedras destinadas aos alicerces. Argumenta a necessidade considerando a localização, inadequação e afastamento do centro da cidade, da então sede do Correio.

Em 1947, atendendo a solicitação da administração de Santa Rosa, o Ministro da Viação, Clóvis Pestana, comunica que em breve serão iniciadas as obras de construção do prédio destinado a Agência dos Correios e Telégrafos. Em julho de 1950, o Prefeito Leandro Carlson, envia a planta do terreno doado à União pelo Município, para a construção do prédio dos Correios e Telégrafos.

Em outubro de 1952, Bismar Borges, veio a Santa Rosa a fim de dar início a construção do prédio destinado a Agência dos Correios e Telégrafos. No entanto, a edificação foi registrada na prefeitura somente em 1972, quando Napoleão Silva, gerente local, encaminha solicitação para a legalização do prédio já existente.

O prédio conta com uma área de 401,87 m<sup>2</sup>. Trata-se de um volume simétrico. Grandes colunas que iniciam no térreo e alcançam a platibanda proporcionam a idéia de verticalidade ao edifício e valorizam o acesso. As colunas simplificadas e a ausência de ornamentação fazem com que a edificação tenha um vocabulário dentro da arquitetura Art Decó.

#### k) Documentação Fotográfica:



Figura 63: Vista da fachada lateral do edifício dos Correios e Telégrafos. Fonte: A autora, 2009.



Figura 64: Vista dos detalhes da fachada Frontal do edifício dos Correios e Telégrafos. Fonte: A autora, 2009.



Figura 65: Fachada frontal do prédio dos Correios e Telégrafos, 2009. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** a estrutura do edifício é feita com pilares e vigas e fechamento em tijolos maciços. O telhado é protegido por uma platibanda, de zinco com caimento em quatro águas.

As esquadrias são em ferro com abertura tipo guilhotina. As vergas de janelas e portas são retas. No segundo pavimento, pode-se perceber a substituição das esquadrias originais por persianas com palhetas de alumínio.

As fachadas são revestidas com pintura em tons pastéis.

Percebe-se intervenções recentes, como o toldo de entrada, a instalação de equipamentos de ar condicionado, rampa de acessibilidade. Pode ser notada também a substituição das esquadrias do segundo pavimento.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em estado regular, necessitando reparos de pintura. O risco de desaparecimento do bem é pequeno por se tratar de um edifício público.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 5.12 Câmara Municipal de Vereadores

- a) **Identificação do Imóvel:** Câmara Municipal de Vereadores, antigamente conhecida como a casa do Dr. Russo.
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Rua Guaporé, 692 esquina Rua Dr. João Dahne. Lote 9, Quadra 10.

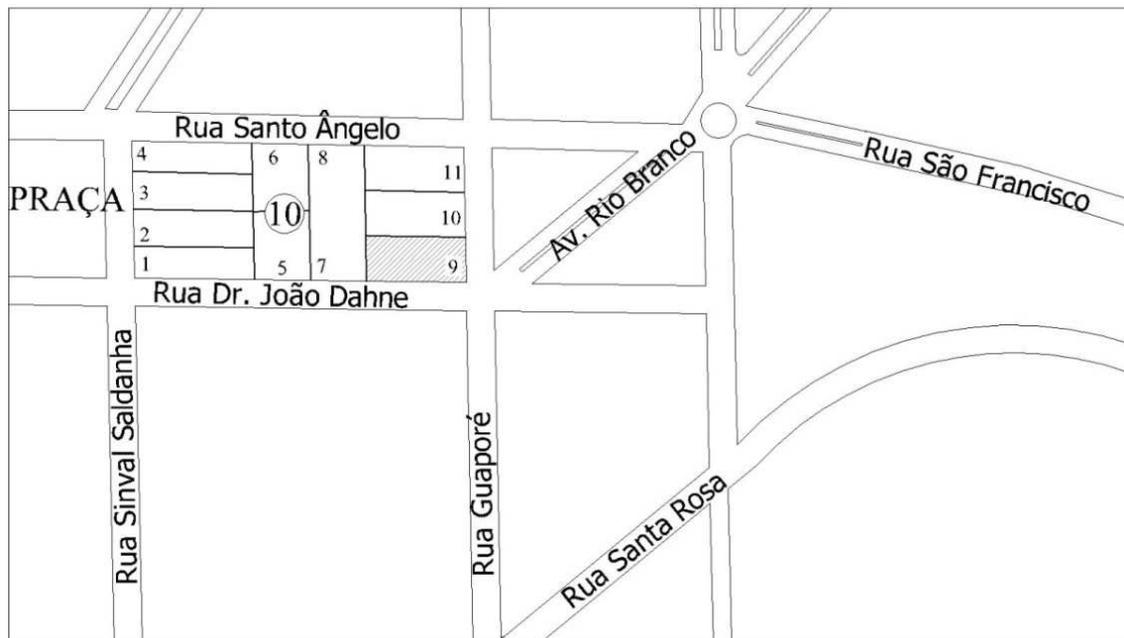


Figura 66: Localização Câmara Municipal de Vereadores no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** início da obra- 1957. Engenheiro Civil Ivo Schwantes.
- e) **Uso original:** residência unifamiliar
- f) **Uso atual:** Câmara Municipal de Vereadores
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** pública. Município de Santa Rosa.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** o edifício destaca-se das edificações construídas nas proximidades, principalmente devido a sua escala. Apresenta entorno heterogêneo. Encontra-se solto no terreno, recuado em relação aos alinhamentos das Ruas Guaporé e Dr. João Dahne e livre das divisas laterais. É um referencial de localização.
- j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** o edifício foi idealizado por Etienne Miroslaw Gregorieff, médico formado pela Universidade de Genebra. Comprou o

terreno do município, em 10 de outubro de 1956 com uma área de 1.052 m<sup>2</sup>. Construiu neste local, uma residência cópia da casa da sua família na Romênia. O edifício dividia as funções da moradia conforme os pavimentos. Era formado por três pavimentos em alvenaria. No primeiro pavimento (subsolo) localizavam-se zonas de serviço com sala de jantar e dormitório de criados. No térreo voltado para a Rua Guaporé distribuíam-se as zonas de estar. No último pavimento estavam dispostos os dormitórios.

Após o falecimento do Dr. Russo o prédio passou a ser alugado para famílias e posteriormente, para repartições públicas como a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a RGE. A partir de então, passou por várias reformas, adaptando-se aos novos usos. Em 2003 foi inserindo um novo pavimento acima. No mesmo ano, Tânia Gregorieff (herdeira) vendeu o prédio para o município de Santa Rosa para servir de sede ao Poder Legislativo. No ano de 2004 a Câmara Municipal de Vereadores assumiu o novo espaço. O edifício passou a ocupar uma área de 600m<sup>2</sup>.

A escadaria de acesso com frente para a Rua Guaporé e a escadaria principal que liga o térreo ao segundo pavimento conferem caráter monumental ao edifício. O coroamento do edifício era feito por uma platibanda com negativos retangulares executados em reboco. A inserção do novo pavimento manteve a mesma platibanda e repetiu o elemento, destacando o andar. Percebe-se uma clara tentativa de reproduzir o ritmo das esquadrias.

#### **k) Documentação Fotográfica:**



Figura 67: Fachada frontal da Câmara de Vereadores em 1990, então CEEE. Fonte: Acervo do Museu Municipal.



Figura 68: Fachada Lateral da Câmara de Vereadores, 2009. Fonte: A autora, 2009.



Figura 69: Fachada Frontal da Câmara de Vereadores, 2009. Fonte: A autora, 2009.



Figura 70: Situação Atual da Câmara de Vereadores, 2009. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** o edifício estruturado com pilares e vigas e fechamento em tijolos. O telhado é protegido por platibanda e com caimento em quatro águas. O material utilizado é o zinco.

As esquadrias são em madeira com vidros de correr e venezianas de abrir para fora.

O prédio é revestido com tinta acrílica na cor bege nas paredes e mostarda nos elementos estruturais. Os quadros marcados na platibanda e na delimitação do novo pavimento estão pintados de branco, o que ocasiona destaque para o elemento.

Percebe-se ainda a inserção de elementos modernos como os climatizadores. Foram construídas rampas para acessibilidade do edifício e instalado elevador.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em estado bom estado.

**n) Proteção Legal Existente:** nenhuma.

### 5.13 Banco Santander

- a) **Identificação do Imóvel: Banco Santander**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Av. Rio Branco, 581 esquina c/ Rua Buenos Aires – Lote 03  
Quadra 70

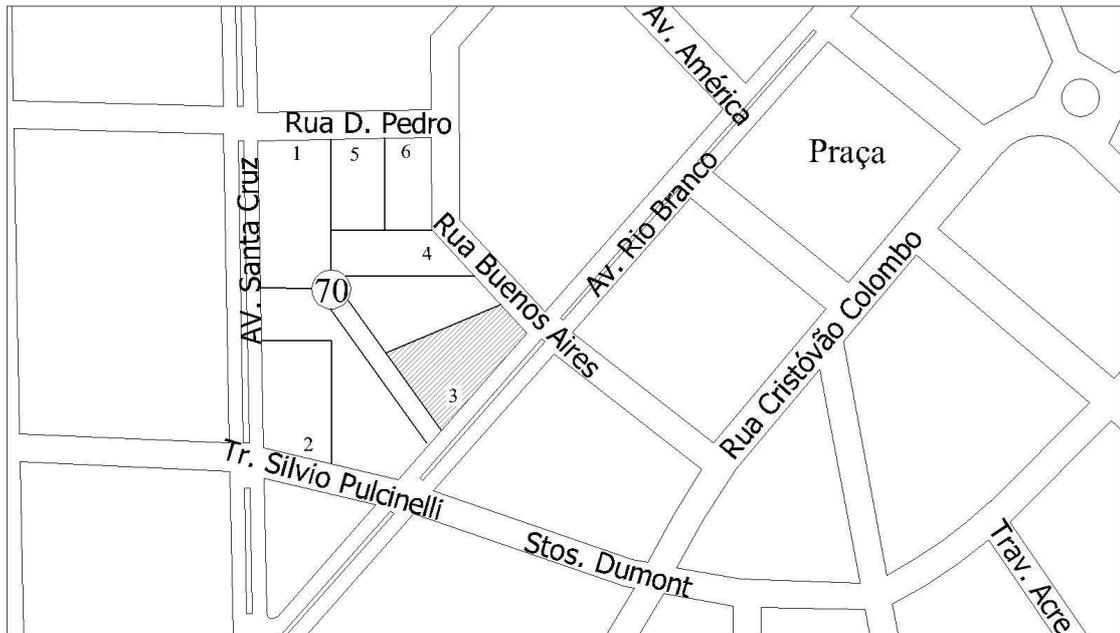


Figura 71: Localização do Banco Santander no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1959
- e) **Uso original:** térreo - Banco Nacional do Comércio SA- Filial Santa Rosa Segundo Pavimento - apartamentos residenciais.
- f) **Uso atual:** agência Bancária e lojas no térreo; apartamentos residências e restaurante no segundo pavimento.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** privado
- h) **Situação de Ocupação:** alugado.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** edificação construída no alinhamento do terreno. Localiza-se no centro bancário da cidade e por sua proporção é considerado um referencial urbano. Apresenta um entorno heterogêneo, com prédios vizinhos construídos nas décadas de 70.
- j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** volume imponente com planta em "L". A edificação possui 1089,00 m<sup>2</sup> e foi concebida para abrigar o Banco Nacional do

Comércio, no ano de 1959. Percebe-se um apuro compositivo nas fachadas voltadas para as vias. Está edificado nas duas divisas laterais.

A preocupação nos detalhes das esquadrias e a proporção volumétrica tornam o edifício harmônico. O acesso a agência bancária, localizado na esquina é marcado pela aresta chanfrada. Embora o pavimento superior tenha destaque no conjunto, a mesma ênfase não acontece com o acesso, que fica localizado em uma das extremidades do edifício.

#### k) Documentação Fotográfica:

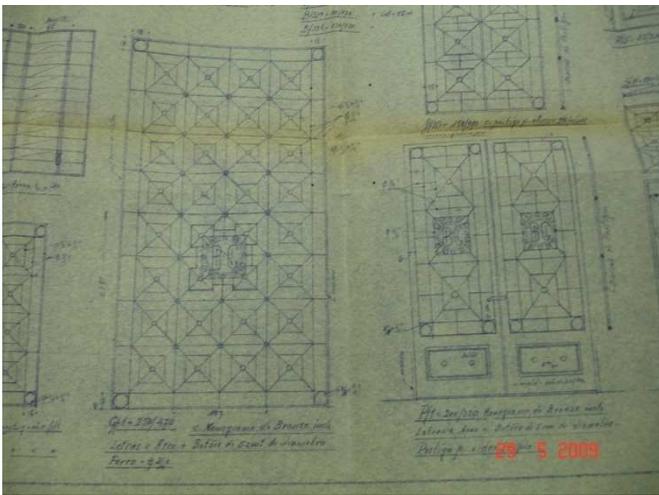


Figura 72: Detalhamento das esquadrias do Banco Santander quando do pedido de aprovação de projeto, 1958. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal, 2009.



Figura 73: Acesso a agência bancária. Fonte: A autora, 2009.



Figura 74: Perspectiva do edifício do Banco Santander a partir da esquina em diagonal. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** edifício estruturado com pilares e vigas de concreto e fechamento em tijolos maciços.

Com platibanda, possui telhado em quatro águas, em zinco.

As vergas de janelas e portas são retas. As esquadrias do pavimento térreo são de madeira e possuem gradil em ferro cuidadosamente projetado. Mesmo com identificação visual da agência bancária não agredindo o edifício, as lojas comerciais instaladas no térreo descaracterizaram parte da fachada voltada para a Avenida Rio Branco, alterando os vãos das esquadrias e a cor nesta fachada, desarmonizando completamente a riqueza da composição inicial.

A edificação possui acabamento em pintura acrílica predominantemente na cor chumbo.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em estado regular. A inserção de letreiros, climatizadores e da cor verde contrastante degradam a composição arquitetônica.



Figura 75: Fachada do Banco Santander voltada para a Av. Rio Branco. Fonte: A autora, 2009.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 5.14 Graziottin

- a) **Identificação do Imóvel: Graziottin**
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Rua Buenos Aires, 300 esquina com a Rua Olavo Bilac. Lote 01 Quadra 65.

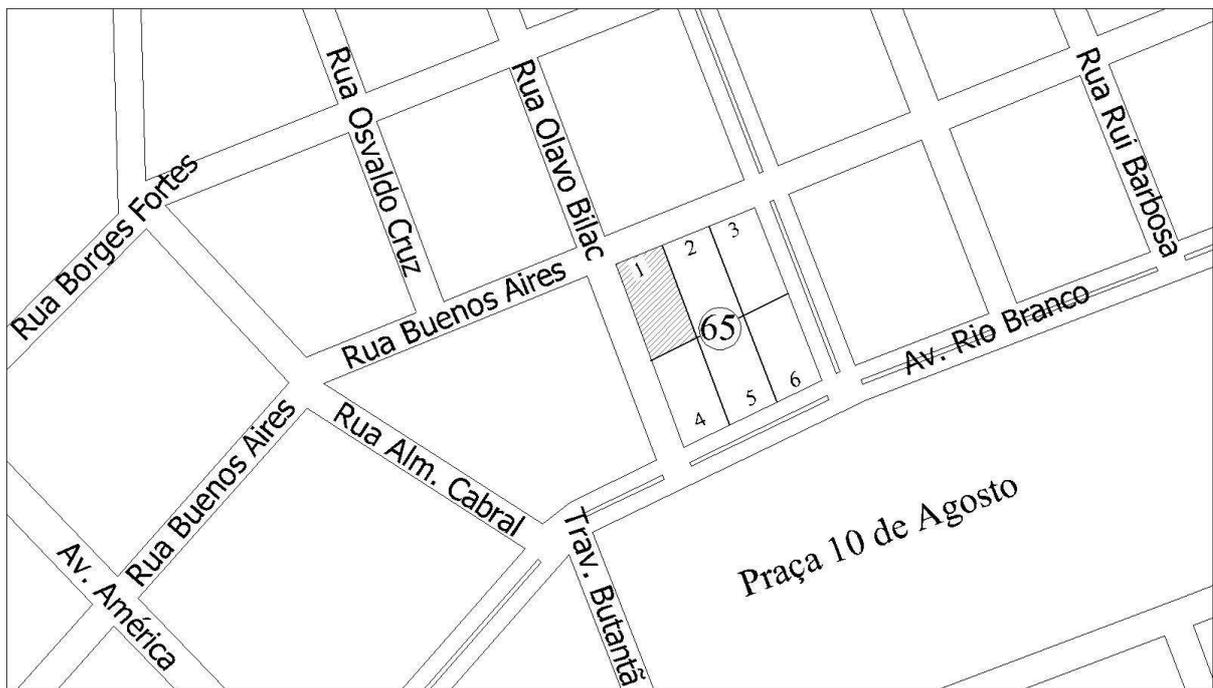


Figura 76: Localização do Edifício Graziottin no entorno. Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1974 com responsabilidade técnica de Nino Schleder Machado.
- e) **Uso original:** loja de departamentos Graziottin
- f) **Uso atual:** loja Graziottin e Loja Por Menos
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** privado.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** construído no alinhamento das vias.
- j) **Histórico/ Descrição da Edificação:** a edificação foi construída no ano de 1974 com área de 1.374,01 m<sup>2</sup>. Edifício caixa que ocupa o limite do terreno, com pavimento térreo (pé-direito elevado) e segundo pavimento. Uma marquise com um

leve balanço sobre a calçada marca o terceiro pavimento. Presença de brises verticais em concreto na fachada oeste.

**k) Documentação Fotográfica:**



Figura 77: Vista do edifício Grazziotin a partir da esquina diagonal, 2009. Fonte: A autora, 2009.



Figura 78: Vista da fachada lateral do edifício Grazziotin, 2009. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** edifício estruturado com pilares e vigas e fechamento em tijolos.

As esquadrias da fachada frontal são portas de ferro e da fachada lateral do mesmo material com abertura basculante. Porém sobre estas estão aplicados os brises de concreto que valorizam a composição.

A fachada possui acabamento em tinta. A identificação visual dos pontos comerciais é feita por marquises metálicas inseridas no corpo do edifício.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação se apresenta em bom estado.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

### 5.15 Centro Cívico e Cultural Antônio Carlos Borges

- a) **Identificação do Imóvel:** Centro Cívico e Cultural Antônio Carlos Borges
- b) **Bairro/ Município:** Centro. Santa Rosa - RS
- c) **Endereço:** Rua Buenos Aires, 945 esquina com a Rua Cristovão Colombo. Lote 02 Quadra 72.

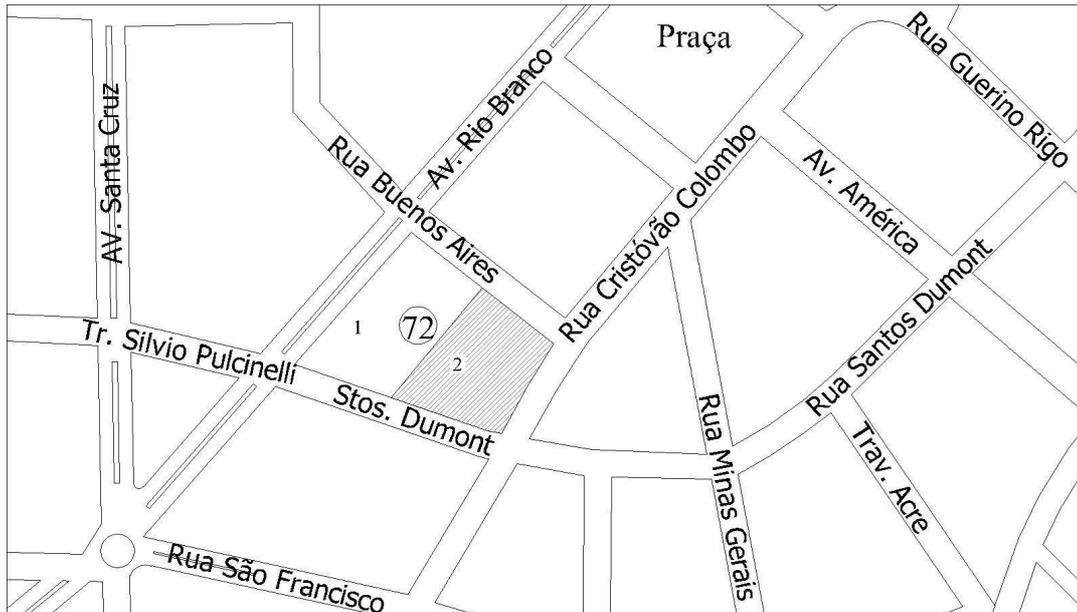


Figura 79: Localização do Centro Cívico e Cultural no entorno.  
Fonte: A autora, 2010.

- d) **Ano da construção:** 1979. Concluído em 1982. Responsável Técnico Projeto arquitetônico: José Carlos Teixeira da Silva. Responsável Técnico execução Eng. Civil Nilso Guidolin.
- e) **Uso original:** Centro Cívico e Cultural
- f) **Uso atual:** Centro Cívico e Cultural e Secretaria de Cultura e Turismo.
- g) **Propriedade/ Nome do Proprietário:** público/ Município de Santa Rosa.
- h) **Situação de Ocupação:** próprio.
- i) **Análise do Entorno / Situação e Ambiência:** o edifício possui entorno heterogêneo e destaca-se em virtude de seu porte. É um referencial urbano pelo seu uso.
- j) **Descrição da Edificação:** para a construção da edificação de 1.489,92 m<sup>2</sup> foram usados recursos da União, do Estado e do Município. A sala de espetáculos

conta com 820 m<sup>2</sup>. Quando concluído constituía-se de um espaço moderno e privilegiado.

Devido à sua grandiosidade este edifício necessita de constante manutenção. Atualmente funcionam nas dependências do Centro Cívico e Cultural “Antônio Carlos Borges” a Secretaria de Cultura e Turismo, uma Escola Municipal de Danças, uma Escola de Teatro e o Cinema. Verifica-se que existe atualmente necessidade de reformas do prédio tanto interna quanto externamente.

Apresenta uma composição simplificada, onde há um claro predomínio de cheios sobre os vazios, justificado pelo programa de necessidades que abriga.

#### k) Documentação Fotográfica:



Figura 80: Centro Cívico, em fase de acabamento, 1982. Fonte: A autora, 2009.



Figura 81: Centro Cívico fachada principal, 1985. Fonte: A autora, 2009.



Figura 82: Centro Cívico, fachada lateral, 2009. Fonte: A autora, 2009.



Figura 83: Centro Cívico, Inserção de climatizadores, 2009. Fonte: A autora, 2009.



Figura 84: Centro Cívico, acesso principal, 2009. Fonte: A autora, 2009.

**l) Elementos Construtivos:** edifício construído com pilares e vigas e fechamento em tijolos maciços.

Presença de uma marquise de concreto que marca a esquina e delimita o acesso ao edifício.

As esquadrias são em ferro com abertura tipo maxi-ar. Telhado configurado em seis águas, inclinadas todas para o mesmo sentido. O material utilizado é o zinco. Possui platibanda.

Possui acabamento em pintura nas cores laranja e amarelo. Nas paredes voltadas para a fachada principal forma executados trabalhos utilizando reboco, desconfigurando o conceito dos planos cegos presente na edificação.

**m) Análise do Estado de Conservação:** a edificação apresenta-se em bom estado.



Figura 85: Centro Cívico, 2009. Fonte: A autora, 2009.

**n) Proteção Legal Existente:** inexistente.

## 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após o término do levantamento e análise dos dados, obteve-se uma visão panorâmica da história da arquitetura de Santa Rosa. Embora o número de edifícios investigados não proporcione um entendimento detalhado na trajetória percorrida por esta arquitetura, permite-nos reflexões e interpretações que parecem interessantes ser compartilhadas. Apoiado, sobretudo nos elementos históricos básicos apontados pela pesquisa, como localização do edifício, ano de construção, programa original e atual, construiu-se um conjunto de idéias que possibilita traçar diretrizes que poderão contribuir para posterior desdobramento e aprofundamento do tema.

As características urbanísticas e arquitetônicas do centro da cidade têm início com a construção da Antiga Prefeitura. Observa-se que a partir de então começa a ser ocupada uma porção importante do território da cidade, onde hoje está configurado o miolo comercial.

Os edifícios escolhidos situam-na na sua maior parte em entrocamentos importantes, pontos focais privilegiados. Atendem ao público, possuem relação de proximidade espacial e programas de necessidades diversos. Diante disto, pode-se constatar que em um curto espaço de tempo linguagens arquitetônicas distintas estão representadas no skyline: arquitetura de imigração, neocolonial, eclética, art déco e moderna. A diversidade estilística evidencia a dinâmica de transformação do perfil urbano.

Pode-se afirmar que estes bens consolidam relações de identidade importantes para o coletivo santa-rosense. Esses espaços, nas suas relações urbanísticas e arquitetônicas, estabelecem para a comunidade importantes vínculos entre espaço e cidadania. Através do conhecimento destes bens edificados é possível ler boa parte da história da cidade.

De uma forma geral, este trabalho buscou um diálogo entre aspectos técnicos e históricos com o sentido de identidade presente na comunidade.

Impulsionado por esta dissertação de mestrado e como forma de vincular os dados coletados e pesquisados foi organizado, através da Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa - APEA, por iniciativa da autora, um

seminário a fim de dar início a discussão do patrimônio histórico arquitetônico local. O evento foi dirigido para arquitetos, urbanistas, engenheiros, historiadores, e comunidade interessada a fim de refletir sobre os vários pontos que permeiam esta pesquisa, buscando legitimar o assunto abordado.

O evento pretendeu dar início a um olhar mais atento por parte dos profissionais que diariamente fazem intervenções no espaço urbano e da comunidade que convive com os ícones edificados.

O seminário teve como título Ensaaios e Reflexões – O patrimônio Histórico e Arquitetônico e trouxe a temática do patrimônio de uma forma geral. O evento ocorreu no dia 13 de novembro de 2009 no Auditório do SESC de Santa Rosa, e contou com palestras de professores e profissionais que atuam na área.

Nas figuras 86 e 87, estão ilustrados o material de divulgação do seminário.

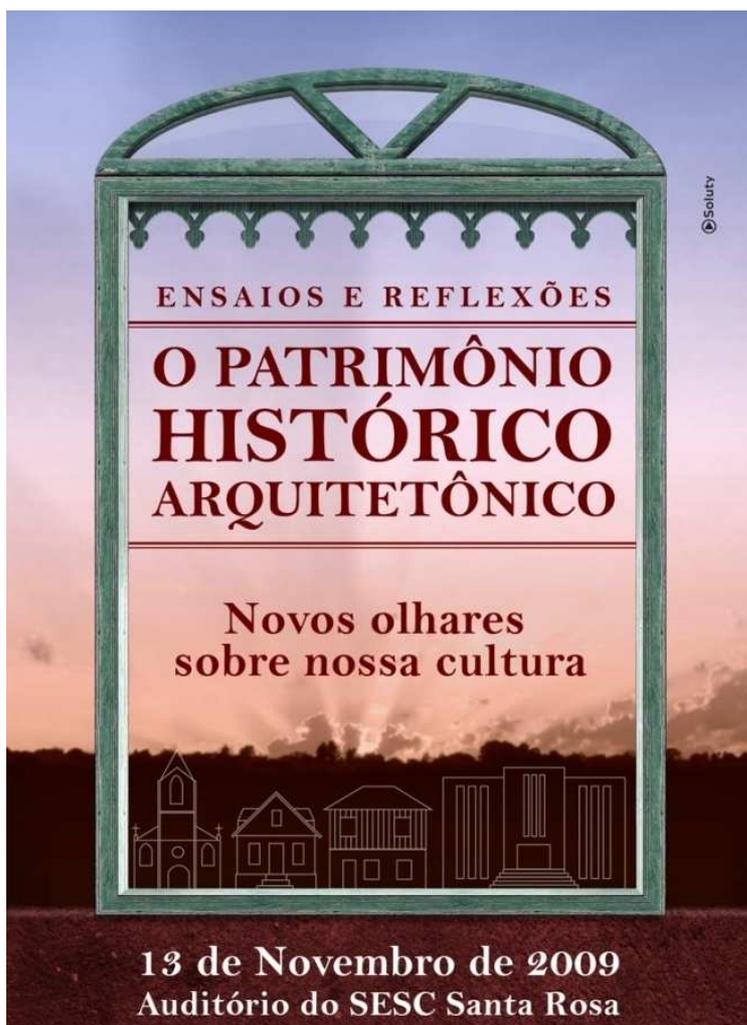


Figura 86: Folder de divulgação do evento.  
Fonte: acervo da autora, 2009.



Figura 87: Folder de programação do evento.  
Fonte: acervo da autora, 2009.

Na figura 88, pode-se observar a cerimônia de abertura do evento.



Figura 88: Evento Ensaios e Reflexões – O patrimônio Histórico e Arquitetônico, Auditório do SESC, novembro de 2009. Santa Rosa/RS. Fonte: A autora, 2009.

Inicialmente foi proferida a palestra com a professora Maria Beatriz Medeiros Kother, diretora do IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, intitulada “Preservação – conceitos e ações”.

A reflexão teve continuidade com a explanação do orientador desta pesquisa, Dr. Ricardo de Souza Rocha, que refletiu os conceitos do patrimônio cultural através do tempo, representado na figura 89.

As professoras arquitetas Natália Naoumova e Adriana Araujo Portella debateram acerca da cor em áreas urbanas históricas e inserção da publicidade em bens edificados considerados patrimônio histórico.

O evento foi finalizado trazendo a discussão do patrimônio local, explanado pela Historiadora Teresa Christensen, que utilizou parte desta pesquisa como base da sua explanação, ilustrado na figura 90.



Figura 89: Prof. Dr. Ricardo Rocha proferindo sua palestra. Fonte: A autora, 2009.



Figura 90: Prof. Teresa Christensen proferindo sua palestra. Fonte: A autora, 2009.

Através dessa experimentação prática do trabalho foi possível verificar que a história é um processo contínuo, resultado das relações que os sujeitos estabelecem tanto com a sociedade quanto com os espaços urbanos. Este procedimento sedimentou uma base de conhecimentos a cerca do assunto e levantou reflexões a cerca do patrimônio buscando a sua relação com a cidade e sua população a fim de autenticar o processo de resgate da memória da cidade de Santa Rosa.

O entendimento de que o espaço urbano é um ambiente historicamente produzido, possibilita a identificação de sua população e o surgimento de pessoas possivelmente conscientes de seu papel no processo de preservação destes exemplares. Reconstituir a trajetória da cidade percebendo suas permanências e transformações é uma forma de se construir a memória juntamente com os cidadãos. As lembranças evocadas estabelecem um elo da história com a comunidade. Esse fato contribui para despertar em todos os envolvidos com o processo um sentimento de pertencer a um lugar num determinado tempo. Essa percepção pode vir a fortalecer o comprometimento do indivíduo com a comunidade local e o interesse na sua preservação, objetivo desta pesquisa.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio histórico deve ser um meio de nos ligar ao nosso passado, deve, portanto, fazer sentido no nosso cotidiano. O estímulo à conscientização sobre as questões patrimoniais promove a valorização da cultura local. Neste sentido, este trabalho descreveu pontos importantes a serem apontados na realidade do município de Santa Rosa.

Longe de ter a pretensão de ter esgotado este tema, a pesquisa em questão buscou acender uma nova chama na cidade: inventariar alguns bens já considerados patrimônio cultural.

Este trabalho desperta a importância do patrimônio como símbolo identitário na cidade de Santa Rosa, almejando que a população passe a ser sujeito agente ativo da história da cidade. Ressalte-se que, esta dissertação não visa a adequação dos moradores a simplesmente aceitarem o que está aqui documentado como patrimônio. Ao contrário: pretende estimular novas pesquisas, tais como o porquê determinado prédio foi catalogado como patrimônio e através deste conhecimento poder validar ou não as eleições aqui feitas.

Os bens aqui registrados já possuem algum reconhecimento prévio. No entanto, a importância destes bens edificados na cidade estão vinculadas também a diferentes valorações. Atributos de valor histórico, de uso, de novidade, artístico. Porém, relacionar os predicados aos edifícios não foi tarefa desta dissertação, que esteve voltada para a catalogação destas obras, permitindo que uma semente seja plantada sendo necessário aguardar sua floração.

Este trabalho serve de alerta quanto a necessidade de registro, e ao contrário de adotar uma postura de imposição a uma condição de preservação, esta pesquisa sugere que os exemplares sejam registrados pelo poder público como forma de inventário oficial do município e na medida do interesse dos seus administradores, ampliar o detalhamento desta pesquisa e até mesmo catalogar outros exemplares.

A investigação da influência no contexto urbano e sua relevância enquanto patrimônio cultural permitem que o acima referido seja sugerido como medida estratégica para a preservação destes exemplares.

Assim, a aplicação deste trabalho pretende não só promover a valorização dos bens materiais que compõem a identidade dos santa-rosenses, mas incentivar a sustentabilidade destas edificações.

Este é o grande desafio que se apresenta para o patrimônio cultural em Santa Rosa: trabalhá-lo sob esta nova perspectiva da sustentabilidade social onde a comunidade receptora também se beneficie e principalmente, deseja a sua preservação.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso**. Ed. Ariel, Barcelona, 1997.

BASTOS, Sênia . **Requalificar ou revitalizar? Ações de valorização do patrimônio cultural, educação patrimonial, turismo e hospitalidade**. In: II Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, 2004, Caxias do Sul, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 368 p.

Brasil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas**, 1931. Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Educação e patrimônio cultural. Plano Diretor Turismo São João Del Rey**. Disponível em <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/>, em 20 de setembro de 2007.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Minc – IPHAN, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª. edição. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHRISTENSEN, Teresa. **Santa Rosa: Histórias e Memórias**. Editora Palloti. Porto Alegre, RS. 2008. 377p.

CHRISTENSEN, Teresa et. all. **Pelos caminhos de Santa Rosa**. Barcellos Editora: Santa Rosa, RS: 1981. 181p.

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP). **Patrimônio Histórico: como e por que preservar**. São Paulo: CTP, 2008, 13 p.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS , 1991. 87 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. 1999.

HOUAISS, Instituto Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Ed. Objetiva, 2002.

**INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA**. Disponível em <http://www.iac-azores.org/>.. Consultado em 2 de julho de 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria de Cultura, 1998.

LEMOS, Cristian Iribarrem. **O comércio de materiais de demolição. Análise histórica e conceitual sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural**. Arquitectos. Portal VITRUVIUS, edição 239 – junho 2004.

LOCATELLI, Luciana. **Orientação espacial e características urbanas**. Porto Alegre: UFRGS. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre: RS, 2007.

MENEGUELLO, C. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq000/esp007.asp>> Acesso em: 19 julho de 2007.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

ROCHA, Ricardo de Souza. Palestra proferida no Seminário Ensaio e Reflexões – O Patrimônio Histórico Arquitetônico – Novos Olhares sobre a nossa cultura. Santa Rosa, novembro de 2009.

ROCHA, Ricardo de Souza. **Monumentos do Brasil: arquitetura, autoridade e modernidade**. São Paulo: USP. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura de Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHALLENBERGER, Erneldo. HARTMANN, Hélio. **Novas Terras Novos Rumos: a experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa**. Barcellos Livreiro e editor, Santa Rosa, RS: 1981. 300 p.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Santa Rosa: história e desenvolvimento**. Santa Rosa, Kunde, 1981. 202 p.

SILVA, Tomas Tadeu da (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, 108 p.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Livraria do Arquiteto: Porto Alegre, RS: 2004. 223 p.

WIECZOREK, Daniel. **Le culte moderne des monuments - son essence et sa genèse** (prefácio de Françoise Choay). Paris: Ed. du Seuil, 1984. Existe uma tradução em português na Revista de Museologia. São Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo/ FESP.

## 9. ANEXOS

## 9.1 Ficha de Inventário – IPHAN

**INVENTÁRIO DOS BENS EDIFICADOS DO RIO GRANDE DO SUL**

MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
 GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAE

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO</b>		<b>2 - FICHA Nº</b>
MUNICÍPIO:	QUARTERÃO:	<b>3 - GRAU DE PROTEÇÃO:</b>
DENOMINAÇÃO:	USO ORIGINAL/ ATUAL:	
ENDEREÇO:	PROPRIETÁRIO:	
<b>4 - SITUAÇÃO</b>	<b>5 - CROQUI DA PLANTA BAIXA</b>	
<b>6 - FOTOGRAFIA DA EDIFICAÇÃO</b>		

**ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

<b>7 - COBERTURA:</b> <b>TELHAMENTO</b> <input type="checkbox"/> CAPRICANAL <input type="checkbox"/> FRANCESA <input type="checkbox"/> FISROOM <input type="checkbox"/> OUTRO <b>ACABAMENTO</b> <input type="checkbox"/> BEIRA SICA <input type="checkbox"/> BEIRA SEVERA <input type="checkbox"/> LAMBREQUIM <input type="checkbox"/> OUTRO <b>CORAMENTO</b> <input type="checkbox"/> CIMALHA <input type="checkbox"/> PLATIBANDA <input type="checkbox"/> FRONTÃO <input type="checkbox"/> OUTRO						<b>8 - TIPO DE ESTRUTURA:</b> <input type="checkbox"/> INDEPENDENTE <input type="checkbox"/> PORTANTE	
<b>9 - MATERIAIS</b>						<b>10 - ESQUADRIAS (TIPO DE VERGA)</b>	
	SUBSOLO	1º PAVIMENTO	2º PAVIMENTO	3º PAVIMENTO	CÔTÃO	VERGAS DAS PORTAS:	
ESTRUTURA							
VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
ESQUADRIAS						VERGAS DAS JANELAS:	
REVESTIMENTO DE FACHADA							
PINTURA DA FACHADA							
<b>11 - ESTADO CONSERVAÇÃO (MODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ORIGINAIS)</b> <input type="checkbox"/> HOMOGÊNIO (ORIGINAL) <input type="checkbox"/> HETEROGÊNIO (APRESENTA SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS ORIGINAIS POR ELEMENTOS NOVOS). <input type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO (MUITOS ELEMENTOS SUBSTITUÍDOS)				<b>12 - ESTADO FÍSICO (INFORMAR NESTE ITEM O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS)</b>			
<b>13 - DADOS HISTÓRICOS OU REFERÊNCIAS CULTURAIS :</b>  FONTE:							
<b>14 - ENTORNO PRÓXIMO (A EDIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENTORNO)</b> <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO DE REFERENCIAL URBANO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO COMO PARTE DE UM CONJUNTO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO CONFORMADORA DO PERFIL URBANO							
<b>15 - FOTO DO ENTORNO:</b>						<b>16 - OBSERVAÇÕES</b>	
						<b>17 - PESQUISADOR</b>	
						<b>18 - DATA</b>	